



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 2268/13	DATA: 17/12/2013	
LOCAL: Plenário 12 das Comissões	INÍCIO: 15h04min	TÉRMINO: 18h04min	PÁGINAS: 68

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
MÁRIO DIRANI - Representante do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes — DNIT. MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO - Coordenadora-Geral de Licenciamento Ambiental da FUNAI no Brasil. EUGÊNIO PIO COSTA - Diretor de Licenciamento Ambiental do IBAMA.

SUMÁRIO
Esclarecimentos sobre pendências para o licenciamento da construção de quarta faixa na BR-101, no Município de Palhoça, e sobre as obras da Ferrovia Litorânea, entre os Municípios de Imbituba e Araquari, Estado de Santa Catarina.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis. Há oradores não identificados em breves intervenções. Houve exibição de imagens. Há palavras ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Boa tarde. Justificamos anteriormente o atraso, que se deu em função da reunião que estávamos realizando com o Presidente da Câmara dos Deputados.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, declaro abertos os trabalhos desta reunião de audiência pública, destinada a prestar esclarecimentos acerca dos licenciamentos para a construção da quarta faixa ou pista alternativa na BR-101, em Santa Catarina, e também para a conclusão do projeto visando à construção da Ferrovia Litorânea.

A duplicação da BR-101, no litoral sul de Santa Catarina, tem uma história longa. No trecho de Palhoça, na divisa com o Rio Grande do Sul, a duplicação foi autorizada em 2005 e tinha previsão inicial de conclusão até 2009, mas até hoje não foi terminada. E não há previsão de conclusão próxima, apesar de nós sabermos que neste ano houve realmente um andamento veloz, no que tange à duplicação da BR-101. E há o compromisso do próprio DNIT de que, até o dia 31, ficariam prontos 95% da duplicação, restando pendentes apenas o Morro dos Cavalos, a Ponte de Laguna e o Túnel no Morro do Formigão, em Tubarão.

No sábado, eu estive em Araranguá, onde obtive a informação, já citada pelo Deputado Estadual Manoel Mota — e aproveito a presença de S.Exa. para cumprimentá-lo —, de que houve uma queda no trecho do elevado. Ninguém melhor do que o DNIT para falar sobre o fato.

Como há impedimento imposto pela FUNAI e pelo IBAMA, propusemos esta audiência pública para ouvir exatamente quais são as restrições e procurar uma solução. A quarta faixa ou pista alternativa é um projeto, no nosso entender, de fácil execução, que trará segurança para o local, mas não há previsão de início, uma vez que a rodovia passa por uma área considerada indígena — discutiremos isso durante a nossa audiência pública — e a Fundação Nacional do Índio — FUNAI não aprovou a execução da obra, que continua até hoje travada, em função de algumas pendências, que serão esclarecidas.

Mais uma temporada de verão chegou, e o habitual aumento do tráfico já está causando caos na rodovia. Lamentavelmente, quero informar que, na noite de ontem, mais um grave acidente ocorreu na BR-376, extensão da BR-101, indo de Santa Catarina para o Paraná, em direção a Curitiba. Segundo me informou em



primeira mão o Policial Rodoviário Everson Feuser, do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais de Santa Catarina, entidade que também trouxe representantes para cá, morreram seis pessoas e ficaram feridas mais trinta, no acidente ocorrido com um ônibus que caiu na represa do Rio Vossoroca, no quilômetro 652 dessa rodovia.

Além disso, queremos ouvir dos órgãos informações sobre as restrições na construção da Ferrovia Litorânea, cujo projeto ainda não está pronto. Gostaríamos de saber o porquê desse atraso, não só nós, mas todos os membros desta Comissão, que já discutiu o tema.

Quanto ao trecho que liga o Porto de Imbituba, ao sul, à cidade de Araquari, no norte catarinense, esclareço que são dois trechos, somando 236 quilômetros, pela Ferrovia Litorânea. O primeiro trecho vai de Imbituba até Tijucas, e o segundo trecho, de Tijucas até Araquari. Houve uma mudança do trajeto já no estudo do projeto, em função do crescimento nas áreas urbanas daquele trecho, o que será discutido aqui, porque existe o compromisso também do Governo Federal em tocar essa obra tão importante, que vai interligar os seis portos: Laguna, Imbituba, Itajaí, Navegantes, São Francisco do Sul e Itapoá.

Convido para compor a Mesa o representante do General Jorge Ernesto Pinto Fraxe, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes — DNIT. Este Diretor estava a caminho desta audiência, conforme confirmara há pouco, mas retornou e estará no DNIT — assim espero. Para representá-lo, encaminhou o Sr. Mário Dirani, Diretor de Infraestrutura Ferroviária do DNIT, o qual convidamos para compor a Mesa.

Convidamos para compor a Mesa também a Sra. Maria Janete Albuquerque de Carvalho, Coordenadora-Geral de Licenciamento Ambiental da FUNAI. Em função de vários outros técnicos da FUNAI estarem hoje Brasil afora, S.Sa. foi enviada pelo Presidente daquele órgão.

Convidamos para compor a Mesa, ainda, o Sr. Eugênio Pio Costa, Diretor Substituto de Licenciamento Ambiental do IBAMA.

Eu gostaria de agradecer, em nome de todos os membros da Comissão, a presença dos senhores que receberam e aceitaram o convite para comparecer e prestar os esclarecimentos necessários nesta reunião.



Antes de iniciar as exposições, quero fazer os seguintes esclarecimentos, de acordo com o Regimento Interno da Casa: o tempo reservado para cada convidado é de 20 minutos, prorrogáveis, não podendo ser aparteado.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, Deputado Edinho Bez, quero apenas registrar a presença do Dr. Marcelo Petrelli, que liderou a reunião de que participamos há pouco. V.Exa. poderia fazê-lo, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Vamos registrar a presença de todos no decorrer da reunião, mas aproveitamos a intervenção do Deputado Esperidião Amin e registramos, com satisfação, a presença do Sr. Marcelo Petrelli, Diretor do Grupo RIC. Já comuniquei aos presentes, ainda há pouco, a grande iniciativa de ouvir a população, de fazer um trabalho direto especialmente com catarinenses e paranaenses, a fim de apresentar aqui uma proposta para a reforma política.

Grande parte dos membros do Congresso Nacional discute a reforma política, e grande parte dos membros desta Casa sabe que precisamos fazer essa reforma. Não é um assunto muito fácil, por isso estamos fazendo uma minirreforma. Mas não tenho a menor dúvida de que, naquilo que não for possível aplicar na eleição do ano que vem, este assunto continuará, nem que façamos pequenas reformas, até chegarmos à conclusão do melhor possível para o Brasil.

Convido o Sr. Marcelo Petrelli a acompanhar esta reunião, agradecendo a S.Sa. a presença.

Cada Deputado inscrito para intervenção poderá fazê-la por 3 minutos, tempo que poderá, obviamente, ser prorrogado.

Registro a presença do Deputado Onofre Santo Agostini, que luta para estar aqui, pois precisa estar também em outra reunião.

Obrigado, Deputado Onofre Santo Agostini. Caso V.Exa. não possa retornar, informo que a reunião será registrada e repassada a V.Exa.

Esclareço, ainda, que o convidado terá igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Vamos registrando as presenças no decorrer da reunião, mas, antes de passar a palavra ao primeiro orador, com satisfação já anunciamos a presença do Sr. Ricardo Saporiti, Consultor da Área de Infraestrutura, representando a



Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina — FIESC. Não é a primeira vez que V.Sa. se faz presente, sempre colabora conosco. Registramos também a presença do Sr. Gustavo Haeming Gerent, da Prefeitura Municipal de Palhoça, representando Prefeito Camilo Martins que me ligou esta noite justificando que não poderia comparecer, mas que estaria aqui representado. Registro, ainda, a presença do Sr. Pedro Lopes, Presidente da Federação das Empresas de Transporte de Carga e de Logística de Santa Catarina — FETRANCESC. S.Sa. está sempre atuante e presente, quando convidado para tratar deste assunto. Estão presentes, também, o Sr. Ivan Gilberto Ponciano, do IPC Administração, de Santa Catarina; o Sr. Vereador Moacir da Silva, de São José — seja bem-vindo e, caso queira, sente-se mais à frente; a advogada Rosângela de Souza, de Florianópolis; o Sr. Vereador Antônio Battisti, de São José; o Sr. Jumeri Zanetti, do SINTRAN de São José; o Sr. José Castelo, nosso amigo Prefeito de Biguaçu, a quem agradeço a presença e convido a sentar-se mais à frente; a Sra. Genivalda Ronconi de Amorim, também da Prefeitura de Biguaçu; o Sr. Zênio Cardoso, Prefeito de Sombrio; o Sr. Eclair Alves Coelho, Prefeito de Timbé do Sul; o Sr. Ronaldo Calerssi, Prefeito de Turvo e Presidente da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense — AMESC; o Sr. Everaldo dos Santos, Prefeito de Laguna e Presidente da Associação dos Municípios da Região de Laguna — AMUREL; Rosane Kaingang, representante da Comissão Nacional Permanente da Articulação dos Povos Indígenas; Lourivaldo Schuelter, o Pita, Prefeito de Rio Fortuna; Evandro Scaini, Prefeito de Arroio do Silva; Manoel Mota, Deputado Estadual, que inclusive foi Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, como também o fui quando Deputado Estadual; e Isnardo Brant, Vereador do Município de Palhoça, também presente a esta audiência pública — S.Sa. inclusive propôs uma reunião, lá em Santa Catarina, sobre a quarta pista, a pista alternativa.

Também quero registrar que o Deputado Esperidião Amin, além de ser membro automático, está aqui representando o Deputado Reno Caramori, que é o Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa. O Reno entrou em contato comigo; ele viria, mas teve um problema hoje de manhã e não pôde comparecer, mas está muito bem aqui representado.



Os que não foram citados, por favor, depois nos comuniquem. Será uma honra para nós registrarmos a presença dos senhores aqui.

Vamos ouvir, então, os expositores.

Passo a palavra ao primeiro expositor, representando o DNIT, Sr. Mário Dirani. V.Sa. terá até 20 minutos, prorrogáveis, se entender ser necessário.

O SR. MÁRIO DIRANI - Boa tarde a todos. Boa tarde, Deputado Edinho Bez, em nome de quem eu cumprimento os demais Parlamentares.

Em primeiro lugar, gostaria de pedir desculpas, porque fui comunicado sobre esta audiência muito em cima da hora. Estou aqui representando o nosso Diretor-Geral, General Jorge Fraxe, que estava vindo e, por algum motivo, teve que retornar à base. Ele me pediu que o representasse nesta audiência na condição de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do DNIT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Registre aqui as informações que recebi.

O SR. MÁRIO DIRANI - Ele me pediu que o representasse na condição de Diretor de Infraestrutura Ferroviária em função de esta audiência abordar também o assunto da Ferrovia Litorânea, sobre a qual tive a oportunidade de fazer uma exposição em março deste ano — não é, Deputado? — lá na FIESC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Eu só gostaria de informar também que — ele havia confirmado, mas não pode vir — é a primeira audiência pública a que o General não comparece. Mas há mais assessores de rodovias e ferrovias aqui para colaborar nas interrogações dos nossos Parlamentares, além de Prefeitos e convidados presentes.

V.Sa. tem a palavra.

O SR. MÁRIO DIRANI - Então, sobre as questões referentes ao projeto da Ferrovia Litorânea, trata-se de um projeto que foi contratado pelo DNIT e que está dividido em dois lotes. A extensão total da ferrovia é de aproximadamente 236 quilômetros, interligando o Porto de Imbituba, na malha da Ferrovia Tereza Cristina, a Araquari, na malha da ALL, próximo a São Francisco do Sul, passando também por outros portos do litoral catarinense.

Esse projeto já foi concluído na fase de projeto base. Houve necessidade de prorrogação por mais 180 dias. Fizemos um termo aditivo de prorrogação de prazo



por mais 180 dias para a conclusão do projeto executivo, que deverá ocorrer em maio do ano que vem, em função de dificuldades encontradas pelos dois consórcios projetistas referentes à fase de levantamento aerofotogramétrico.

Foi um período de chuvas intensas no Estado, o que prejudicou os sobrevoos previstos. Houve dificuldade de acesso a determinadas propriedades localizadas no traçado da ferrovia e houve dificuldade de acesso para fazer sondagens. Tudo isso ocasionou uma série de atrasos no projeto, mas nós esperamos concluí-lo no final de maio de 2014.

Também o projeto da Ferrovia Litorânea esbarra no mesmo problema da BR-101 com relação ao Morro dos Cavalos. Existe ali a previsão de um túnel, mas, em função das restrições ambientais que estão sendo impostas, foram estudadas outras alternativas para a transposição, mas estas acabam causando impactos também, se não sobre a comunidade indígena ali instalada, sobre o próprio meio ambiente. Trata-se de uma alternativa de contorno do Morro dos Cavalos, o que provocaria um impacto ambiental maior, em função do desmatamento que seria necessário fazer. Então, as questões referentes ao licenciamento ambiental estão sendo analisadas e — parece-me — há possibilidade de se atingir um consenso em breve.

Eu informaria ao Deputado, caso haja necessidade de maiores esclarecimentos, que nós temos aqui presente a Coordenadora-Geral de Meio Ambiente do DNIT, a Dra. Aline, que poderá prestar maiores esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Agradecemos ao Sr. Mário Dirani.

Passamos a palavra à Sra. Maria Janete Albuquerque de Carvalho, Coordenadora-Geral de Licenciamento Ambiental da FUNAI no Brasil.

A SRA. MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO - Boa tarde a todos e a todas! Gostaria muito de agradecer, em nome da FUNAI, o convite e a possibilidade de estarmos aqui dialogando com todos os interessados.

Gostaria também de informar que a nossa Coordenação, através da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável, está sempre aberta tanto ao diálogo quanto à prestação de esclarecimentos necessários, para acharmos a melhor solução que atenda a todos os interessados.



Em relação à BR-101, é de fato uma questão muito preocupante para todos nós brasileiros o fato de a duplicação da BR já se arrastar por mais de 10 anos. Existem algumas questões que precisam ser observadas.

No caso de procedimento de licenciamento ambiental, a FUNAI não é o órgão licenciador. Nós atuamos como intervenientes no processo de licenciamento, conforme a legislação brasileira, inclusive ancorada na própria lei de criação da FUNAI, que, em 1967, já previa que a FUNAI deveria opinar em termos de garantir o meio ambiente para os povos indígenas dentro de suas terras. Mais do que isso, a FUNAI, que já fez mais de 45 anos de existência, sempre esteve ligada a grandes empreendimentos também. As ações dela, ao longo dos anos, desde Rondon, em 1910, quando foi criado o indigenismo oficial — são 103 anos de ações indigenistas pelo Estado brasileiro —, sempre foram diretamente relacionadas às grandes obras, aos grandes empreendimentos. Isto é uma questão que país nenhum no mundo tem: o respeito à diversidade étnica no País.

Em relação à BR-101 propriamente dita, também concordamos que a questão do Morro dos Cavalos precisa ser resolvida. Não dá mais para ficar tão engargalado e afunilado naquela parte do Morro dos Cavalos, justamente porque coloca a segurança de todos os cidadãos brasileiros em risco. Mas, nós temos também obrigações legais e administrativas que precisam ser observadas nesse processo.

No caso da terra indígena Morros dos Cavalos, até a própria comunidade indígena sempre foi a favor dos túneis a serem construídos no Morro dos Cavalos. A abertura dos túneis, inclusive, resolve boa parte dos problemas da própria comunidade, pois, a partir do momento em que, com o projeto dos túneis, se constrói uma *freeway* sem pontos de parada, também se resguarda a terra indígena.

Nesse sentido, entre 2005 e 2007, se não me engano, numa diligência que o TCU fez, ficou muito claro que os túneis realmente eram a melhor saída para aquela região, a mais ambientalmente correta e a que trazia menos impactos socioeconômicos.

As terras indígenas, por serem áreas especialmente protegidas, precisam de um olhar especial. É óbvio que há algumas questões um pouco mais restritivas, mas elas não são impeditivas dos grandes projetos também. No caso dos túneis, nós recebemos os estudos de impacto para nos manifestarmos, já que o licenciamento é



todo dentro do limite da terra indígena. Já foi feita a análise, é um estudo que nem precisou de complementação. Devido, eu acho, aos tantos anos de estudo naquela região, o estudo veio até bem consistente, não precisa de complementações, tanto que a FUNAI também se manifestou pela continuidade do processo, porque não há grandes pendências. Daí foi emitida a licença prévia.

Para a emissão da LI — Licença de Instalação, com o início da construção dos túneis, pela legislação ambiental é necessário o detalhamento das medidas de mitigação e compensação, que é o chamado PBA — Plano Básico Ambiental. Este PBA ainda está em elaboração. Assim que ele for recebido ele vai ser analisado à vista do prazo que nós temos, também pela legislação, e nós nos manifestaremos para que o órgão licenciador possa tomar a sua decisão em relação à emissão das licenças.

Uma das questões — que apareceu justamente por ser um ponto de gargalo na rodovia —, e já entrando na pauta do requerimento também, é a questão da quarta faixa, pois há a informação de que a FUNAI está impedindo a construção da quarta faixa. A quarta faixa é toda localizada dentro da terra indígena Morro dos Cavalos; é um melhoramento do acostamento — vocês todos devem conhecer até melhor do que eu o projeto — na margem esquerda de quem vai de Florianópolis rumo ao Rio Grande do Sul.

Existem algumas questões de segurança relacionadas à quarta faixa.

(Não identificado) - Faixa direita.

A SRA. MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO - De quem vai para Florianópolis, é à esquerda. O projeto que foi entregue...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Rumo ao sul.

A SRA. MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO - Isso. Porque na margem direita ela já está até melhorada, já existe um alargamento para a margem direita. Bem, são os dados que nos apresentaram. Em relação à margem esquerda...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Não pode haver interrupções, de acordo com o Regimento. Depois cada um terá oportunidade de fazer as suas perguntas, o.k.? Contamos com a compreensão de todos.



A SRA. MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO - Ainda que seja margem direita ou margem esquerda, acredito que o ponto em discussão seja a margem esquerda da rodovia, que justamente é a mais próxima à aldeia da terra indígena Morro dos Cavalos.

Há uma questão de segurança. Além de ser necessária, pelo projeto que nos foi apresentado, uma pequena derrocada de uma parte do morro, para você fazer as melhorias para poder adequar a faixa, o acostamento, para ser uma faixa de rolamento, a rodovia, na faixa de acostamento, acaba se aproximando demais da aldeia, da comunidade indígena. A aldeia está toda em cima do Morro dos Cavalos. E a primeira construção, a primeira ocupação perto da faixa é a escola indígena. Então, tudo isso tem que ser observado também.

No caso da FUNAI, nós observamos justamente isso. Qual é a função da FUNAI? Promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas. Então nós temos que observar essas questões em relação a todos os grandes empreendimentos que são licenciados e que podem afetar as terras indígenas. No caso da rodovia BR-101, como esse trecho especificamente é todo inserido dentro da terra indígena, nós precisamos ter alguns cuidados especiais.

Outra preocupação que surgiu ao longo desse processo também foi o receio de serem substituídos os túneis, que são a melhor opção, simplesmente pela melhoria da quarta faixa. As comunidades indígenas não querem só a melhoria da quarta faixa, elas querem os túneis. Isso já foi amplamente esclarecido. Já foi esclarecido também para as comunidades indígenas que o projeto da quarta faixa, até onde foi documentado para a FUNAI, não vai substituir o projeto dos túneis, que já vem sendo licenciado ao longo dos anos. Este é um dado muito importante, porque dá segurança ao processo, evita qualquer judicialização, inclusive em outras instâncias.

E qual é o grande problema? Como eu estava falando, a quarta faixa acaba aproximando ainda mais a rodovia, onde, sim, existem muitos acidentes. Alguns servidores da FUNAI, alguns indígenas já morreram naquela travessia, exatamente na frente da aldeia do Morro dos Cavalos, assim como outros cidadãos brasileiros, em outras partes da rodovia.



Mas qual é a grande preocupação? Hoje, a área de ocupação da terra indígena Morro dos Cavalos pelos indígenas se restringe praticamente ao morro, onde estão os núcleos habitacionais. Quando chega toda essa obra... Primeiro, os túneis vão ser feitos justamente embaixo desse núcleo habitacional, por isso há uma questão de segurança. E ainda que não seja obrigatória, mas por segurança, até para que a obra não tenha nenhum atraso, a mudança da aldeia para outro lugar é recomendável. Não que ela seja obrigatória, mas, para evitar atrasos, maiores problemas, algum acidente, alguma coisa, é uma questão de segurança.

Na quarta faixa, a questão é muito parecida. Como vai se aumentar o fluxo de carros justamente muito próximo da escola e dos núcleos habitacionais, acaba-se gerando um fator de insegurança para os povos indígenas, para aquela comunidade do Morro dos Cavalos.

As comunidades, oficial e publicamente, já se manifestaram favoráveis tanto à duplicação pelos túneis quanto à própria quarta faixa. A única coisa que eles têm demandado é justamente a possibilidade de tirar a aldeia dali e colocá-la em outro lugar, porque assim as obras podem ocorrer sem nenhum problema em relação à segurança. E é nisto que temos trabalhado e o que temos discutido bastante: como nós podemos fazer para que a obra tenha um grau de segurança administrativo, jurídico, enfim, de todos os lados, ambiental e na parte da questão indígena. E também como fazer para que os povos indígenas, especialmente os guaranis mbyás, residentes em Morro dos Cavalos, não tenham seus direitos afetados, para que não ocorra alguma coisa mais grave, como a perda de mais alguma vida ou alguma questão que possa desestruturar social e culturalmente aquela comunidade.

As preocupações da FUNAI em relação aos processos de licenciamento ambiental são dessa natureza.

Em relação à Ferrovia Litorânea Sul, quando nos foi apresentado o processo — justamente o seu grande trajeto também passa ali perto do Morro dos Cavalos, terra indígena que precisamos resguardar, conforme previsto na Constituição Federal e em todo o arcabouço legal do nosso País —, foi solicitado ao DNIT que apresentasse algumas alternativas locais para que pudéssemos conversar juntos sobre qual seria a melhor solução, tanto do ponto de vista financeiro e ambiental quanto da questão indígena, para que o processo evitasse tropeços. Não



é bom para ninguém que o processo fique tão agarrado, vamos dizer assim, com tantos tropeços. Isso onera todo mundo, não só a população local, não só a população indígena, não só os órgãos federais. Todo mundo é onerado em relação a esses tropeços.

A nossa tarefa é tentar buscar esse diálogo para poder acomodar todas essas questões, de modo que o processo possa andar mais rápido.

O DNIT apresentou as alternativas de traçado. Foi verificado que o traçado ambientalmente mais adequado, do ponto de vista de se evitar todas as questões, jurídicas inclusive, que giraram em torno do processo de duplicação da BR 101, naquela parte do Morro dos Cavalos, seria a ferrovia vir em túnel, por baixo da terra indígena do Morro dos Cavalos, com embocadura já praticamente fora dela, onde não haveria supressão territorial. A princípio não há grandes problemas.

Essa questão foi levada e está sendo discutida no âmbito do licenciamento também. Segundo informação do Diretor do DNIT, em maio, o projeto executivo vai estar pronto. É isso? E nós estamos abertos ao diálogo.

O outro trecho da Ferrovia Litorânea Sul vai de Araquari a São Francisco do Sul. O projeto que nos foi apresentado lá na FUNAI, inclusive para observarmos, fazermos os estudos e cumprirmos a legislação, como está previsto, foi considerado até tranquilo, não há grandes impactos. Ele passa muito próximo das terras indígenas, mas ferrovias, diferente de rodovias, têm impacto diferente. Então, também isso é considerado.

Acredito que inicialmente era isso. Estarei aqui à disposição e espero que possamos construir, juntos, uma solução para a questão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Agradecemos à Sra. Maria Janete Albuquerque de Carvalho, Coordenadora-Geral de Licenciamento Ambiental da FUNAI no Brasil.

Passamos a palavra a Eugênio Pio Costa, Diretor de Licenciamento Ambiental do IBAMA.

Registramos a presença do Deputado Edio Lopes, representante de Roraima.

O SR. EUGÊNIO PIO COSTA - Senhoras e senhores, boa tarde. Quero agradecer a oportunidade, em nome do Presidente do IBAMA.



Vou fazer uma apresentação bem sucinta sobre licenciamento ambiental.

(Segue-se exibição de imagens.)

O processo do IBAMA quanto ao licenciamento do projeto de duplicação da BR-101, no segmento entre Florianópolis e Osório, detém Licença de Instalação desde novembro de 2002. A LI 181, de 2002, exclui de sua abrangência os seguintes segmentos: a transposição do Morro dos Cavalos, a travessia da Lagoa do Imaruí, a transposição do Morro do Formigão e o contorno de Florianópolis. Então, esses quatro segmentos exigiram a elaboração de estudos ambientais específicos. A exclusão de tais segmentos ocorreu por falta de projetos técnicos à época para tais soluções.

Em 2010, o DNIT solicitou abertura de procedimento de licenciamento do IBAMA para a travessia do Morro dos Cavalos. O EIA/RIMA elaborado pelo empreendimento foi apresentado ao IBAMA em fevereiro de 2011. Após realização de audiências públicas, o IBAMA emitiu o parecer técnico em junho de 2011, solicitando complementações, entre as quais a anuência da FUNAI para o empreendimento, uma vez que o empreendimento interfere em terra indígena.

As complementações só foram apresentadas em agosto de 2012, tendo sido analisadas e aprovadas pelo IBAMA, restando ainda pendente a anuência da FUNAI. A anuência já foi dada, senhores: emitida agora, em 2013, recebeu o número 471.

A quarta faixa, especificamente, trata de ampliação da capacidade da BR-101, em Santa Catarina, entre os quilômetros 232 e 235,318 metros, por meio de implantação da quarta faixa, com redução de acostamento. A demanda foi apresentada ao IBAMA em 2009, tendo sido autorizada por meio de ofício. O IBAMA já tinha autorizado anteriormente essa quarta faixa — a Coordenadora-Geral anterior, Rosa, autorizou isso em 2009.

Posteriormente, por recomendação do Ministério Público Federal, em junho de 2012, o IBAMA suspendeu os efeitos desse ofício. Havia uma autorização dada em 2009 para a quarta faixa, e, posteriormente, ela foi retirada, por recomendação do Ministério Público. O entendimento é que a discussão da quarta faixa deveria estar atrelada à avaliação de viabilidade do túnel, devendo ser tratada no âmbito de procedimento do licenciamento como medida mitigadora da fase de obras. A quarta



faixa nunca foi tratada de forma definitiva, mas é uma medida mitigadora até que o túnel esteja construído.

Agora eu vou falar um pouquinho da Litorânea Sul. Nós já recebemos o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório, que foi apresentado incompleto ao IBAMA no seguinte sentido: o estudo do componente indígena não está concluído ainda.

Então, nós estamos discutindo ainda no âmbito da Diretoria de Licenciamento Ambiental o aceite ou não desse Estudo de Impacto Ambiental, que está em análise. Pelo que a Dra. Janete falou aqui, ainda há uma discussão com relação ao traçado da ferrovia. Isto precisa ser superado para que nós possamos resolver o problema do aceite. O traçado tem de estar definido, porque quando autorizamos a licença prévia, já atestamos a viabilidade do traçado.

Eu estou aqui representando o Presidente do IBAMA, Sr. Volney, que foi convocado, mas não pôde comparecer, e a Diretora de Licenciamento Ambiental, Gisela Damm. Estão aí os dados e os *e-mails* deles. Qualquer dúvida ou questionamento pode ser encaminhado a eles que será respondido.

Essa foi a nossa apresentação.

Obrigado a todos os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Agradecemos ao Sr. Eugênio Pio Costa pela exposição.

Passamos a palavra ao primeiro inscrito, o Deputado Esperidião Amin.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, qual é o tempo de que eu disponho?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Três minutos, mas obviamente seremos tolerantes.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - São quatro questões muito objetivas.

Quero saudar a todos que integram a Mesa e registrar a minha satisfação pela justificativa dos que não puderam comparecer, a começar pelo General Fraxe, que tem sido muito participante em relação a essa questão.

Numero um: sobre a ferrovia, eu queria que todos tivessem em mente a idade do sonho de Santa Catarina. A D. Pedro II foi concedida autorização para construir a



Estrada de Ferro de São Francisco do Sul até Porto Alegre, em 1870. Foi dada por D. Pedro II ao Engenheiro Sebastião Braga. Num lance de esperteza, em 1874, foi concedida a autorização para se construir a Ferrovia Tereza Cristina, que pegava o filé *mignon* da Litorânea, e com isso ficou inviabilizado esse sonho.

Ele continua sendo dificultado, e eu gostaria de trazer uma sugestão, a título de contribuição. Está sendo elaborado o projeto do contorno da Grande Florianópolis. O DNIT tem feito gestões junto à empresa que está elaborando o projeto para incluir a Ferrovia? Se não, deveria fazer, até porque o túnel que vai ser feito sob o Morro dos Cavalos deveria também ter o modal ferroviário. Fiquei preocupado quando se disse que o emboque do túnel ferroviário vai ser diferente do túnel rodoviário. Esse é um descuido imperdoável.

Eu nem vou falar da ponte. Ninguém vai mexer na ponte agora que está saindo, tão bonita, mas sempre que for possível, com uma faixa de domínio 20 ou 30 metros maior, resolve-se a questão ferroviária. Então, nós estamos cavando o problema de amanhã se desconsiderarmos, no projeto do contorno... Não quero dizer que tenha que haver coincidência, mas, sempre que possível, deve haver. Sempre que possível! Quando não for possível, não será possível.

Em segundo lugar — eu gostaria que todos tomassem nota e depois me esclarecessem —, em 2009 foi dada uma autorização para se construir a quarta faixa — em 2009. O Ministério Público impugnou em 2012, revogou. Terá sido por inspiração divina? Ou terá sido por alguma gestão externa? Não estou querendo dizendo internacional, mas externa. Eu fui informado hoje pelo responsável pelo DNIT de Santa Catarina que agora o Ministério Público entrou com uma ação contra ele porque não fez a quarta faixa ainda. Deu para entender? Em 2009, havia uma autorização, a autorização foi cassada no IBAMA por ingerência, por ação do Ministério Público. Confere? Foi o que o senhor disse agora?

E agora o Ministério Público está entrando com uma ação contra o DNIT, contra o Sr. João José, de quem eu não sou procurador, porque ele não fez a quarta faixa e está expondo — é claro que está expondo — não só os índios e os funcionários da FUNAI como os passantes, com todos os veículos possíveis, porque não há a quarta faixa. Deu para entender como é que o cachorro consegue morder o



próprio rabo e quem sente a dor é o outro cachorro? É mais ou menos isso o que nós estamos vivendo.

Finalmente, eu tenho o maior respeito pelas questões indígenas. Ninguém construiu no Brasil, pelo menos num território como Santa Catarina, escolas para indígenas do padrão que nós construímos no Estado, a começar por Ipuauçu, que o Deputado Celso conhece bem — é a primeira escola com Internet de banda larga do Brasil —, Ibirama, Biguaçu e a escola do Morro dos Cavalos. Portanto, não se trata de não ter consideração, mas eu gostaria muito que a Sra. Coordenadora da FUNAI nos desse uma notícia da evolução da população no Morro dos Cavalos nos últimos 20 anos. Ou seja, quantos habitantes havia em 1988, segundo os cálculos da FUNAI, nem vou chamar o IBGE, e quantos existem hoje? A estrada já existia em 1988, passava por ali e já era dramaticamente estrangulada há 25 anos. Confere, Ronaldo Benedet? Não era tanto quanto hoje. Então, eu acho que nós estamos dando pouco caso à nossa própria memória. Repito: a rodovia é anterior à atual população, ou seja, ao atual contingente populacional. Capacitá-la é um resgate em relação a uma necessidade do passado; nem estamos falando de futuro. A quarta faixa é uma coisa que já deveria existir há muito tempo. Como todas as outras coisas no Brasil, ela também está atrasada; não é a única.

Mas em 2009, eu repito, já havia uma autorização, que alguém cassou. O IBAMA não fez isso por *sponte propria*. Nós estamos assistindo a uma engenharia de agravamento da situação; não é obra do acaso. O fracasso geralmente não é obra do acaso; é fruto de inteligente planejamento, nem sempre voltado para o bem.

Então, as minhas perguntas são estas: Qual era a população? Foi incremento populacional autógeno ou exógeno? Ou seja, população fabricada no local ou trazida de fora? E estão sendo tomados esses cuidados em relação aos projetos?

Finalmente, como estou representando aqui o Deputado Estadual Reno Caramori, eu quero dizer, Sr. Diretor de Infraestrutura do DNIT, que a audiência do dia 11 de dezembro, na Assembleia Legislativa, infelizmente não contou com a presença do representante do DNIT, que várias vezes foi acusado — eu tenho aqui o texto, e o senhor deve ter também — pelo representante da FUNAI, Sr. João Maurício Farias, de que o DNIT não tinha feito o dever de casa, não tinha projeto, ou seja, não tinha vontade de executar, negando até o que está no *Diário Oficial*, que é



o edital de licitação publicado no dia 4 de dezembro, ou seja, uma semana antes da audiência.

Então, esses desencontros, Sra. Maria Janete, eu também deploro, porque são obras do Governo Federal, e o povo de Santa Catarina se sente assim um pouco subestimado, até na sua inteligência e na sua dor, com essa transferência de responsabilidade.

Respeitosamente, são as minhas questões. Peço desculpas se eu estourei o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Obrigado, Deputado Esperidião Amin.

Passamos a palavra ao Deputado Ronaldo Benedet, lembrando que nós temos uma Frente Parlamentar em Defesa da Duplicação da BR-101 no todo. Nós somos membros e temos Ronaldo como Presidente dessa Frente.

V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Muito obrigado, Deputado Edinho Bez de Oliveira, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa. Aliás, o Poder Legislativo faz um excelente trabalho. Parabéns por estarmos aqui hoje colocando as partes na Mesa.

Eu lamento toda essa situação, Deputado Esperidião Amin. Eu, V.Exa., o Deputado Celso Maldaner, com exceção da Deputada Carmen Zanotto, todos somos da base do Governo, e eu lamento dizer que nós estamos fazendo trapalhada numa questão que é a infraestrutura do nosso País. Pelo que vejo aqui, todos são órgãos do Governo Federal, e todos do Governo.

Eu queria, para ser muito simples no que vou colocar, fazer algumas perguntas aqui, que são para mim de suma importância, que é o que interessa. Eu já ouvi aqui da Dra. Janete, que é da FUNAI, que a FUNAI não discorda de nada no sentido de que, no Morro dos Cavalos, se abra o túnel. Ela quer que seja feito, acho até porque que é lógico.

Eu queria deixar, primeiro, a questão relativa à quarta pista, se vai haver. Já há uma licitação, que o Deputado Esperidião Amin mencionou, que foi colocada na rua no dia 4 de dezembro, e essa quarta pista vai fazer com que se continue



provisoriamente... Eu tenho lutado por essa questão da quarta pista e retiro a luta aqui se for dito que o Governo não vai fazê-la. Eu queria que o DNIT colocasse isso.

Se o DNIT disser que, se fizer a quarta pista, não vai fazer mais o túnel, eu já não quero mais que saia a quarta pista. Mas nós não podemos ser irresponsáveis e não autorizar uma quarta pista. E eu aceito a ponderação da representante da FUNAI, de que teríamos que resguardar a segurança dos índios que moram ali, por exemplo, colocando uma cerca naquele local, próximo à BR, para que crianças que estão na escola não corram o perigo de atravessar, construindo uma passarela ali para poder ser usada. Eu acho que teria que ser incluída no projeto uma cerca, provisória. Quando ficar pronto o túnel, aquilo ali vai ficar... Só os locais é que vão usar aquilo ali, e os índios. Quase mais ninguém vai passar.

Mas, realmente, para a garantia das crianças, dos índios que moram ali, eu acho que uma cerca de contenção seria algo razoável, seria interessante exigir isso, porque é uma coisa simples, barata e fácil de fazer, para não oferecer perigo aos indígenas e para garantir a segurança, em primeiro lugar, das pessoas, até porque, nesse ponto, de 2010 para cá, já aconteceram quinhentos e poucos acidentes e quinze mortes. É claro que naquele ponto vem a BR duplicada, a 110. Eu defendo que ali temos que baixar a velocidade para uns 70 quilômetros por hora. É razoável. E é preciso colocar essa cerca, inclusive, para garantir.

E eu faço uma pergunta. A minha primeira pergunta é: havendo essas ponderações, a FUNAI vai entrar num entendimento, buscar um entendimento com o DNIT, e não vai impedir, através do Ministério Público, enfim, sei lá, pelo IBAMA, essa quarta pista? Porque eu repito: nós não vamos poder conviver com uma fila interminável, pelos próximos 4 ou 5 anos, até porque as obras desse túnel, se forem, assim, muito rápidas, não vão se encerrar antes de 4 anos. Se for dada a ordem de serviço e solicitada em março ou abril do ano que vem, como o DNIT está prevendo, nós vamos demorar, se for muito bem, 4 ou 5 para fazer esse túnel.

Então, a minha pergunta é: a FUNAI vai ser parceira no desenvolvimento, com esses pontos, esses detalhes? Nós estamos na faixa de domínio do DNIT. É aquilo que o Esperidião Amin colocou. Eu tenho 57 anos e viajo para Florianópolis desde que era estudante. Eu não quero entrar aqui em detalhes, se os índios estavam lá ou não estavam, até porque não temos problemas com os índios. Nunca



tivemos. Então, agora, a conversa... Eu também nunca tive conversa. A primeira vez que eu estou conversando com alguém da FUNAI é agora. Por isso, eu acho que podemos apaziguar os ânimos — que, pela imprensa, ficaram acirrados — com a concordância ponderada, acho que lógica e de bom senso, da FUNAI, dizendo o que se disse aqui, garantindo a segurança com a cerca, estudando o que a FUNAI quer, fazendo essa garantia de segurança para os índios — o que eu acho mais do que lógico, justo e correto, e eu defendo isso também... Se a FUNAI não impediria essa quarta pista. Fica pronta a licitação em 30 de janeiro, segundo o João José.

Há outra questão. O IBAMA já respondeu essa questão. Não foi a FUNAI que proibiu. Foi recomendação do Ministério Público Federal. Então, nós teremos que ter, depois, uma conversa com o Ministério Público Federal para ver se retira essa recomendação. Ou o DNIT, segundo informação que eu tenho, vai fazer, mesmo contra a recomendação, a não ser que haja uma ação judicial. E, não judicializando, ficaria bom, já começariam os entendimentos, não se puxaria a briga e a encrenca, em relação ao fato de a sociedade ficar contra, porque a sociedade está cansada de ficar com acidentes e com filas intermináveis.

Então, quanto a essa questão do perigo para a aldeia, concordo que temos que fazer algo para garantir a segurança dos índios.

Em relação à quarta pista, então, a pergunta é: não vão impedir? Há negociação? É a pergunta para a FUNAI.

Fala-se muito: é terra indígena, e falta a assinatura da Presidenta Dilma. Ouvimos falar isso, e não há nada de oficial. Falta, então, essa assinatura? O IBAMA deu essa autorização em 2009 e depois cassou por recomendação do Ministério Público. Vamos ver. Pergunto agora ao IBAMA: Por que essa lógica, o País atrasar, ficar com filas intermináveis, o desenvolvimento... Agora, o turismo de Santa Catarina, todo o transporte do Brasil para Santa Catarina, para o Rio Grande do Sul, todo turista que vem agora tem que ficar naquela... Eu, se fosse turista e soubesse que havia aquela fila ali, nunca mais viria para Santa Catarina nem para o Brasil. E os turistas argentinos estão agora vindo para cá.

E, ali, realmente, é aquilo que disse: se é para não ter parada na terra indígena... E acho até que não tem que ter mesmo, não tem motivo, a não ser que fosse uma ação coordenada pela FUNAI de turistas visitarem. Não sei se existe isso.



Eu não conheço essa área, não posso falar sobre isso. Mas eu acho que não têm nada que estar parando ali mesmo, caminhões etc., não têm nada que estar parando na terra indígena. Tem que ser uma passagem.

Em relação também à FUNAI, pergunto — há pessoas aqui, de Palhoça, há Vereadores — se vai haver conflito com os nativos, as pessoas que estão ali, se a FUNAI quer realmente essa desintração. E eu perguntaria, como forma, inclusive, de aconselhamento, eu não sei o que vocês pensam, se não seria o caso de deixar conviverem como sempre conviveram, demarcar ou fazer... Os índios convivem ali com o que têm; há um monte de terras ali, de áreas não habitadas, para os índios, que sempre conviveram bem com aquelas comunidades. Eu acho que fazer exigências de tirar pessoas dali é criar um conflito que nunca existiu. Eu nunca ouvi falar em um conflito dos índios com os nativos que moram ali. Nunca ouvi falar. Estou começando a ouvir um zum-zum de começar a haver um conflito que nunca existiu.

Então, a FUNAI poderia ter, através disso, o bom senso de conviver com os nativos e evitar essa desintração — eu acho que é esse o termo, não sei se é esse o termo jurídico mesmo —, evitar essa desintração dos nativos, e não viria mais ninguém, mas quem está ali conviveria, porque sempre conviveram muito bem com os índios.

Eu tenho 57 anos e, desde os 17 anos de idade, viajo, como estudante; depois, como Deputado Estadual, Secretário de Segurança e agora como Deputado Federal, e nunca vi conflito algum. Aliás, em 2000, quando fizemos a primeira incursão pela BR-101, que não saiu ainda, os índios diziam que não tinham nada contra a duplicação da BR-101. Diziam que só queriam a parte deles, que não os incomodassem. É isso. E ninguém incomodava mesmo. A convivência com os índios sempre foi boa, até isso voltar e vir à tona agora essa demarcação de terras.

Então, essas são as nossas colocações. Se responderem isso, se ficarmos nessa linha de acordo e pudermos fazer a quarta pista e ter essa convivência, eu ficaria muito satisfeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Agradecemos ao Deputado Ronaldo Benedet.



Vamos registrar ainda as presenças da Deputada Carmen Zanotto, que falará rapidamente, depois do Paulo Bauer, que também falará rápido, porque tem que se retirar. Ela está com outra reunião aqui, a exemplo do Deputado Onofre Santo Agostini. Deputado Celso Maldaner, Senador Paulo Bauer — é um prazer tê-lo aqui conosco —, Edson Camargo, do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais de Santa Catarina, João Rubens, Prefeito de São João do Sul, e Senador Casildo Maldaner, que já passou por aqui.

Com a palavra o Senador Paulo Bauer.

O SR. SENADOR PAULO BAUER - Deputado Edinho, eu apenas quero aqui cumprimentar V.Exa. pela iniciativa desta audiência. Igualmente, cumprimento todos os demais Parlamentares catarinenses, as autoridades que fazem parte da Mesa e todos os presentes. Eu apenas quero me associar às manifestações do Deputado e ex-Governador Esperidião Amin, e também às manifestações do Deputado Ronaldo Benedet. Infelizmente, eu não poderei permanecer, porque eu estou inscrito para falar em seguida no Plenário do Senado.

Apenas quero fazer aqui duas observações.

Ninguém é contra os índios, tampouco eu tenho notícia de que os índios sejam contra o progresso ou contra a solução do problema. Ponto. Já temos um problema resolvido.

A segunda questão é a seguinte: se alguém fizesse a conta na ponta do lápis para descobrir quantos milhões de reais serão gastos nas filas que vão se formar pela dificuldade de transpor o Morro dos Cavalos; se nós somássemos as milhares e milhares de horas de trabalho que gente trabalhadora deixará de utilizar em favor do crescimento do País, aguardando pacientemente problemas de tráfego; se nós analisássemos a tristeza das crianças do Brasil que vão estar dentro dos veículos, com seus pais, esperando a hora de viver a felicidade de ser brasileiro, brasileiro criança... Será que o DNIT, o Ministério dos Transportes, não conseguiria dizer a todo o Governo Federal que vale a pena dar a dotação necessária, no prazo mais rápido, tomando as providências mais imediatas?

Eu gostaria, permita-me, Dr. Mário, de dizer que o DNIT deveria, às vezes, ser um pouco menos engenharia e um pouco mais política. Talvez conseguisse sensibilizar os demais órgãos do Governo a lhe dar as ferramentas para poder



trabalhar, porque, enquanto ele for só engenharia, ele não tem a obrigação de considerar todas essas questões que eu coloquei e muitas outras. Precisamos de agilidade. Eu também sou usuário da rodovia e eu queria gastar as minhas horas de Senador não na fila de espera; eu queria gastá-las fazendo projetos, falando em favor de Santa Catarina e apresentando solução para os problemas brasileiros, aqui ou em qualquer lugar, mas não dentro de um carro, esperando pacientemente que a fila ande. A fila precisa andar, mas a gente precisa empurrar para que ela ande mais ligeiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Agradecemos a manifestação do Senador Paulo Bauer e o parabenizo no que tange à sensibilidade dos órgãos governamentais.

Com a palavra a Deputada Carmen Zanotto, que também falará rapidamente porque precisa se retirar.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Obrigada, Deputado Edinho. Quero cumprimentar V.Exa. e, em seu nome, toda bancada de Santa Catarina e as Lideranças do Estado, que estão aqui conosco, para mais esta audiência pública. Lamento, Deputado Edinho, porque enquanto nós estamos discutindo as pessoas estão morrendo, além de estarem nas filas. Elas estão morrendo nas nossas BRs.

Como não poderei ficar aqui, eu não vou fazer nenhuma pergunta, só vou fazer um apelo para que efetivamente busquemos o melhor caminho, mas esse melhor caminho não é no infinito; não temos mais prazo para esperar. Eu acho que a bancada de Santa Catarina, o conjunto de Deputados com os nossos três Senadores, precisamos determinar um prazo, porque a bancada já fez quase que o caminho, gastou o espaço físico do DNIT, buscando uma solução. Sabemos que o DNIT fica limitado com os pareceres da FUNAI e nós ficamos limitados na resposta para a sociedade.

Digo isso como Parlamentar do Estado — eu não sou da região —, mas eu sei e reconheço o trabalho dos nossos Deputados da região, de todas as nossas lideranças, em especial do sul do Estado, mas Santa Catarina não pode mais esperar para a solução de um conflito que parece que não tem fim. Só que, neste aguardar a solução, nós estamos lá com as pessoas nas filas, com atraso no



desenvolvimento de nosso Estado, mas especialmente com muitas vidas perdidas, em função da falta da duplicação.

Então, queria propor que, no final desta reunião, tivéssemos um prazo limite, para que pudéssemos ter a solução definitiva, porque eu tenho certeza que não serão os índios que nasceram e que vivem em Santa Catarina que serão obstáculos para transpormos e efetivamente ter esta situação resolvida.

Obrigada.

Parabéns, Deputado Edinho. E me desculpe porque eu tenho que correr para a reunião de Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Nós que agradecemos o esforço de V.Exa. para vir aqui.

Antes de passar a palavra ao Deputado Celso Maldaner, preciso fazer um registro sobre a ausência de uma das autoridades de nosso Estado, que diz o seguinte:

“Meu caro Deputado Edinho Bez, em função de compromissos anteriormente agendados, não poderei estar presente na audiência pública solicitada pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, que vai tratar dos atrasos da liberação das obras da quarta pista da BR-101 Sul, no Morro dos Cavalos. Todavia, venho manifestar meu total e irrestrito apoio à iniciativa tão bem formulada pelo nobre colega e demais integrantes da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. Mais que uma pista automotiva, a questão do Morro dos Cavalos representa estagnação da economia do sul de Santa Catarina, dos catarinenses, do Brasil, que já não suportam mais os gargalos que freiam o seu desenvolvimento e ameaçam as vidas dos catarinenses, brasileiros, que por ali trafegam. É inadmissível que não se encontre uma solução imediata para esta triste realidade. Lamentavelmente, os órgãos que se impõem,



através do andamento do processo, ainda não utilizaram o bom senso ao tratar do assunto.

Conte com nosso apoio, Presidente, e nós contaremos com o vosso habitual apoio, empenho e dedicação em prol dos catarinenses e de todos os membros da Comissão.

Um grande abraço.

Eduardo Pinho Moreira, Vice-Governador do Estado de Santa Catarina.”

Com a palavra o Deputado Celso Maldaner.

O SR. DEPUTADO CELSO MALDANER - Sr. Presidente, só parabenizar a iniciativa de todas as pessoas que estão envolvidas, inclusive prefeitos, vereadores — está aqui o Isnardo Brant, de Palhoça; estava há pouco o Vereador Luiz Medeiros, de Araquari, enfim, todo o litoral de Santa Catarina.

Por isso, Presidente, com todo respeito aos indígenas, inclusive foi feito uma pesquisa agora no Brasil com 800 mil índios e apenas 1% quer mais terras. Não é o problema de terra. Não o problema de espaço.

Por isso que nós instalamos a PEC 215. Às 18 horas haverá reunião sobre o cronograma de trabalho. Então, em 2014, vai ser um ano de muito trabalho, a partir de fevereiro, com as audiências públicas. Só há seis Estados que não estão em conflito hoje em nosso País, em relação à questão indígena. Os índios querem estudar, igual a nós. Não temos nada contra os índios.

Encontramos uma solução agora no extremo oeste, onde o Governo ia comprar uma área, mas o problema é que o Ministério Público Federal não aceita. O Governo do Estado tinha comprado 800 hectares para 31 famílias guaranis, que estão juntas com os Caingangues, em Chapecó, mas o Ministério Público Federal não aceitou e tivemos que aceitar esse negócio.

Nós estamos com esse problema, Deputado Carlos, muito sério aqui no Brasil, o que prejudica o desenvolvimento e o progresso de nosso País.

Nós amamos os índios. Queremos o bem deles. Eu dizia ao Ministério Público Federal, em Chapecó, que o pequeno agricultor familiar, que compra os alimentos



por finalidade social, que compra com a finalidade ambiental, que comprou de boa-fé, há cem anos, também tem que ser valorizado, preservado.

Então, vamos torcer para encontrar uma solução definitiva, porque, quanto antes sair a quarta pista e o túnel, será menos gente que se perde.

Parabéns pela iniciativa da Comissão, Edinho! Conte com o nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Com a palavra o Deputado Edio Lopes, membro da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, representante de Roraima.

V.Exa. com a palavra.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente Edinho Bez, primeiro eu quero aqui parabenizar V.Exa. e os autores do requerimento que culminou com esta audiência pública.

Quero aqui também manifestar a minha solidariedade a essa questão que, em princípio, diz respeito ao povo de Santa Catarina. Mas, pela importância da área da rodovia e do Estado é, sim, uma situação que tem alcance em todo o território nacional. Às vezes até fora, haja vista o número de turistas que, como disseram recentemente, por ali transitam.

Sr. Presidente, o que ocorre em Santa Catarina hoje é notório no País inteiro. Nós vimos aqui o representante do IBAMA trazer informação a esta audiência pública sobre a licença que havia sido expedida ainda há anos acabou sendo suspensão ou cassada por orientação do Ministério Público.

Aqui eu quero fazer uns parênteses entre os atores que estão aqui e os que compõem esse cenário. O Ministério Público, órgão imprescindível ao regime, ao Estado Democrático de Direito, transformou-se num monstro deste País em alguns aspectos. Por exemplo, uma recomendação do Ministério Público, é bem possível que, como na maioria, desprovido de qualquer estudo preliminar e de qualquer fundamentação mais técnica, o gestor — não estou falando só do IBAMA, mas do gestor, do Prefeitinho, lá do interior, de todos os órgãos se sentem amedrontados de tal forma que imediatamente acabam atendendo àquilo que seria uma recomendação, mas que, em tese, é sim uma ameaça, uma pressão que o Ministério Público faz em todos os setores deste País.



Esta Casa não pode mais aliar uma discussão do papel do Ministério Público na sociedade brasileira e dos parâmetros, porque é a única entidade dentro da nossa Constituição que ficou sem nenhum parâmetro.

O Executivo tem o seu parâmetro, seu quadrado delineado, nós aqui temos, o IBAMA tem o dele, mas o Ministério Público, não. O Ministério Público, qualquer coisa é qualquer coisa para ele e passível de qualquer modelo de interpretação. Então, esse é o primeiro aspecto.

Eu vejo aqui com muita alegria a posição da representante da FUNAI.

Parece-me, até pela demanda do meu Estado, Roraima, que talvez seja o Estado que mais demanda tem nessa área, que a FUNAI começa a viver um novo momento mais em sintonia com o País. Nós entendemos a função constitucional da FUNAI, sua prerrogativa basilar e às vezes até nos foge a compreensão, Sr. Presidente, determinadas posições que a FUNAI assume, muito embora saibamos que o papel constitucional da FUNAI é defender os interesses dos povos indígenas.

Eu vejo, desde a gestão da Dra. Marta, e agora na atual gestão, um andar da FUNAI no sentido do diálogo, porque houve tempos em que não existiria nem sequer essa formalidade aqui. Então, isso é interessante; isso é de uma importância que nós devemos incentivar.

Eu peço vênias aos pares de Santa Catarina que tratam de uma questão tão importante, para eu falar só um minutinho do meu Estado. Eu sou de uma cidade de Roraima, que se chama Mucajaí, que não nasceu à beira da BR-174. Mais de 30 anos depois de institucionalizada aquela cidade, veio uma BR de Manaus e atravessou o centro daquela cidade. E hoje aquela cidade parou por conta do DNIT. Ninguém constrói porque é uma faixa de 150 metros. Nós temos mais de 12 obras paradas ao longo da BR-174. É preciso que antes de tudo tenham bom senso.

O DNIT é outro monstro na Amazônia que precisa ser combatido. O DNIT precisa ter bom senso. Eu visitei agora, sábado, o único posto médico da Vila do Jundiá, Presidente, onde moram mais de 4 mil pessoas. O DNIT não pode embargar uma banda do prédio pintado porque não está a não sei quantos metros do eixo de uma BR. Quando por ali chegou a BR, já existia a Vila.



Então, quero aproveitar esta oportunidade, até em prejuízo ao objeto principal desta audiência — e eu não poderia perder esta oportunidade —, para manifestar o meu desaproço à conduta do DNIT hoje, sobretudo na Amazônia.

Portanto, Sr. Presidente, encerro minhas palavras acreditando no bom senso que me parece existir na FUNAI, no momento, e acreditando na inteligência desta audiência pública. Que saíamos daqui com um norte, com uma coisa que atenda às necessidades do Estado de Santa Catarina, do Brasil, e que também atenda aos interesses e aos direitos dos povos indígenas que ali vivem. Mas que o bom senso reine, impere, porque o que nós vimos, ao longo dos últimos 30 anos, em se tratando de FUNAI, é absurdo. É o Governo, é o Estado brasileiro querendo fazer reforma agrária à custa do sangue e do suor dos trabalhadores; é a FUNAI querendo fazer reserva indígena à custa do sangue, do suor, do trabalho, do sacrifício, às vezes secular, de famílias.

Então, eis que me parece estarmos no início de um novo momento. Oxalá!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Obrigado, Deputado Edio Lopes.

Com a palavra o Deputado Carlos Magno, membro da Comissão.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar V.Exa. duas vezes: primeiro, pela condução dos trabalhos durante este ano de 2013 à frente desta Comissão que evoluiu muito e trouxe de novo a debate as questões que interessam ao povo brasileiro, juntamente com a fiscalização, que não deixou de existir com o apoio do Tribunal de Contas da União; segundo, pela autoria do requerimento. É o que eu estou sentindo... Quando eu fiz o primeiro requerimento — o Deputado Moreira Mendes e eu —, para um problema de demarcação de terras indígenas que estava acontecendo na Comissão de Agricultura, eu analisava e dizia *“Nós precisamos trazer isso para uma discussão em todo o País, nos 27 Estados da Federação, porque todo mundo vai sofrer consequência disso”*. Está aí a discussão, no nível em que está, caminhando pela discussão do Código Florestal, que foi exaustiva e desgastante para todos que participaram direta e indiretamente desse debate.



Esta é uma discussão também que a gente faz, e, pelo que se coloca, tenho certeza de que, se outros Deputados aqui estivessem, cada um iria falar dos problemas em seus Estados.

Numa interferência que fiz hoje de manhã na Comissão de Orçamento, verifiquei que a FUNAI e o IBAMA estão fazendo parte do custo das obras do DNIT, principalmente no que se refere às usinas hidrelétricas, às rodovias e ferrovias. É um custo que não tem como se prever, dentro de qualquer orçamento que se fizer, de um projeto executivo.

Estão aqui os dois representantes, e eu gostaria de dizer que o Brasil está todo errado. Está aqui na própria identificação: dona Maria Janete, Coordenadora-Geral de Licenciamento Ambiental da FUNAI; seu Eugênio, Diretor-Substituto de Licenciamento Ambiental do IBAMA.

Nós temos uma rodovia, onde está um distrito a 70 quilômetros da sede do Município, e é preciso andar para levar merenda escolar a 780 quilômetros, dar a volta na BR para chegar naquela escola com a merenda escolar. Por quê? Porque há uma reserva indígena, a 5 quilômetros dali, e entendem que pode trazer problemas para aquela comunidade indígena.

Ao mesmo tempo, você vê um índio, índio que não quer apito, como diz um companheiro meu, um índio que quer se integrar à sociedade. Ele quer sentar-se numa cadeira de universidade e estudar, ele quer ter acesso às informações, através da Internet, ele quer participar da sociedade, integrar-se à sociedade, mas passando fome dentro dessas aldeias, com aquela fartura de minérios que tem no subsolo. Parece-me que o que estão demarcando aí é para preservar a riqueza do Brasil de organismos internacionais, de interesses internacionais, como querem fazer com a Amazônia. Fora isso, os índios não podem fazer um plano de manejo na sua floresta — todo mundo sabe que floresta madura não produz. A floresta tem que renovar. E o plano de manejo é uma oportunidade para isso, e poderia ser uma sobrevivência para aqueles indígenas.

O comércio está sendo feito, não acompanhado pela FUNAI nem por ninguém. O crédito de carbono está sendo comercializado, beneficiando pouquíssimos índios, em sacrifício de toda uma aldeia que está se dizimando por este País — e eu tenho certeza de que não.



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Não, é só para o Prefeito.

Em toda discussão que você busca junto aos órgãos, você tem a presença do Ministério Público como o grande problema dessas questões. E nós sabemos que o Ministério Público não é um poder independente, está na vigília da lei. Essa lei que nós queremos alterar aqui no Congresso Nacional, por parte dos órgãos, tem a mesma resistência, porque entendem o seguinte: você chama para discussão a questão indígena, porque quer acabar com os índios. Não é isso. Nós queremos dar um tratamento respeitoso ao índio. Ele quer saúde, ele quer educação. É isso que nós queremos, mas a FUNAI entende o seguinte: *“Não, o índio é imexível”*, como diz o palavreado. Então, tudo isso tem dificultado, tem aumentado o Custo Brasil, tem aumentado o custo da obra.

Para você fazer uma usina hidrelétrica, está lá o IBAMA, o órgão ambiental para isso. Nós estamos conseguindo, agora com este novo Presidente, ter um diálogo com a diretoria do IBAMA. Acabaram aqueles conflitos, mas existe, por parte do IBAMA e da FUNAI também, a legislação das compensações ambientais e das compensações sociais, que, quando é para chegar ao interessado, está lá Rondônia, a Capital do meu Estado, não sei com quantos milhões de reais de compensação ambiental e de compensação social que para a população não significou nada. Porque pintar escola, ampliar escola, comprar carro, o que significa para a vida das pessoas? O carro, daqui 5 anos, estará no ferro-velho. Temos de ver a escola, a segurança, o problema social que as usinas trouxeram. Então, isso aí é difícil. Quando se vê a compensação ambiental, tanto é para o IBAMA, tanto é a FUNAI; faz-se uma rodovia igual a 429 para beneficiar índio lá da rodovia estadual, porque os índios foram transferidos para a margem desta rodovia, só que não era o ambiente deles. O que eles fizeram? Eles voltaram para onde eles tinham a terra deles. A FUNAI levou eles para lá, só que eles não ficaram.

Então, hoje, nós podemos falar isso do IBAMA, que nós estamos buscando discutir tudo. O que nós não podemos, infelizmente, é falar da FUNAI, porque tem sido um entrave, e virão outros problemas também, que nós temos que por na discussão: problema de quilombolas, que vai atrapalhar muita obra aí. É preciso



trazer para a legislação a discussão dessa questão ambiental. Estão aí a FUNAI, o IBAMA, ICMBIO, CONAMA, os órgãos estaduais.

Eu estava ali assistindo o Presidente da PETROBRAS BIODIESEL falar em aumento de produção de soja, alguém do Governo — e eu sou da base do Governo —, falar em aumento de produção de soja. Com esse peso, essa pata de elefante em cima do produtor rural, como é que se consegue aumentar a produção neste País? Só na guerra, como tem sido feito.

Então, eu gostaria de dizer o seguinte: os problemas que existem em Santa Catarina, existem em todos os Estados. Está lá a BR-319, o IBAMA pode dizer muito sobre isso aí, porque é a interligação do Centro-Sul do País com o Norte do País, para ligar Roraima, do Deputado Edio. Não pode fazer. Fizeram agora uma expedição, e conseguiram chegar lá. Já existe a rodovia. Então, só precisava de que essa autorização do IBAMA, com as compensações ambientais, pudesse ser feita, porque ninguém está aqui propondo também destruir o meio ambiente. Não é esse o meu discurso, que estou fazendo aqui.

Então, acho, Sr. Presidente, que este é um assunto para o qual nós devemos chamar a atenção novamente porque, por mais que o Deputado Edio possa dizer do DNIT, o DNIT tem suas dificuldades, sim, na execução das obras, e isso tem sido um problema inclusive no custo das obras. Com o IBAMA está dando para conversar; agora, com a FUNAI, se houver índio, não passa nem perto, porque não tem discussão, não tem diálogo, não tem encaminhamento. As obras paralisam mesmo e, se não paralisarem, sob pena... Aí vem a discussão, quando vamos buscar, é o Ministério Público Federal, é Ministério Público do Estado. Então autorizem, vamos chegar a um acordo para mudar essa legislação e fazê-la viável para um Brasil que precisa diminuir seu custo e precisa trazer para a realidade o que nós vivemos hoje. Não ocupando a Amazônia, como nós estamos lá vigiados a sete lupas por organismos internacionais que destruíram o seu patrimônio e têm interesse na Amazônia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Agradecemos também ao Deputado Carlos Magno, atuante na nossa Comissão.

E por que não resolvemos dialogando com todos os órgãos, não é?



Com a palavra o Deputado Valdir Colatto. V.Exa. terá até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Obrigado, Presidente Edinho Bez.

Gostaria de cumprimentar os palestrantes; não pude ouvi-los, mas tenho certeza de que houve aqui explanações importantes para os nossos colegas Deputados que estão aqui. Gostaria de cumprimentar o Deputado Estadual Mota e os Prefeitos — o Prefeito de Laguna —, e Pedro Lopes, nosso homem do transporte, o Deputado Esperidião Amin. Enfim, todos os presentes.

E rapidamente, Sr. Presidente, gostaria de dizer que nós estamos acompanhando esta questão no Morro dos Cavalos há muito tempo. V.Exa. sabe da história, da questão indígena, e dentre elas, em Santa Catarina, a questão do Morro dos Cavalos.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - V.Exa. me permite uma questão de ordem? O Deputado Colatto é o sexto a falar. Nenhuma pergunta foi respondida. Podia-se fazer em blocos de quatro.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Já vou encerrar.

Na verdade, quando se leva a público essa questão da possibilidade da interrupção da BR-101 para a sociedade é um escândalo. Ninguém entende isso: como é que alguns indígenas, que nem falam português, estão lá impedindo que a principal rodovia de Santa Catarina passe por lá, porque vai dar problema com os nossos indígenas. Nós temos que ter todo o cuidado com eles, com certeza, mas o caminho que está se buscando é através do DNIT. Eu sei de várias demandas, é túnel, não é túnel, é indenização, é desvio de rodovia, e toda essa história que, eu tenho certeza, foi relatada aqui.

Na verdade, nós temos um problema na origem deste processo de demarcações de terra indígena — está aqui a representante Maria Janete, da FUNAI —, nos processos de criação de áreas indígenas, nos laudos antropológicos, de todas as matizes, e com certeza falsificados, e nós vamos buscar essa origem na PEC nº 215, já está instalada uma Comissão nesta Casa, e nós daqui a pouco temos uma sessão, Sr. Presidente, para tratar deste assunto. E a PEC nº 215 vai mexer na Constituição brasileira. É o único jeito de nós tratarmos este assunto. Não tem como mais nós taparmos o sol com a peneira. Eu sempre digo, nós estamos



aqui, nesta questão indígena, tratando das pulgas, Deputado Mota, mas esquecemos dos cachorros. Nós temos que tratar da origem, e a origem é a Constituição brasileira. Onde é que está a dúvida? É na Constituição brasileira? Vamos tirar as dúvidas! A redação não está sendo bem interpretada? Está judicializada? Tudo bem, vamos buscar a solução! E quem tem que fazer isso é esta Casa, o Congresso Nacional. Emenda Constitucional, quem decide é a Câmara e o Senado; não passa pelo Executivo, pela sanção ou não da Presidente da República.

Então, nós temos que trabalhar esse processo, nós vamos trabalhar. O Deputado Osmar Serraglio é o nosso Relator, e a nossa proposta é esta: nós temos que escrever um novo capítulo sobre a questão indígena no Brasil. E esse novo capítulo vai dizer claramente, Deputado Edinho, o que são terras indígenas e o que não são terras indígenas. Quando o Estado titula com mais de 100 anos alguma propriedade, e depois exclui, faz a desintrusão. O Estado coloca alguém lá, dá o título público, e depois diz que essa pessoa, que foi lá assentada, é um intruso! Ele vai desintrusar o nosso produtor!

Ainda bem que esta discussão começou agora a vir para cidade. Está no Rio de Janeiro, São Paulo, lá em Santa Catarina, no Município de Palhoça, na BR-101, para mostrar que esse não é só um problema agrícola, é um problema do Brasil, de origens. E nós temos que buscar exatamente o que é terra indígena, e reconhecê-la. E o que não for terra indígena, não é terra indígena.

E nós vamos buscar o marco temporal de 5 de outubro de 1988, quando foi promulgada a Constituição, dizendo que *“terras indígenas são aquelas que tradicionalmente ocupam...”* Ocupam quando? No dia 5 de outubro de 1988, quando foi promulgada a Constituição! Esse é o nosso entendimento. E lá ainda diz o que são terras tradicionalmente ocupadas: *“aquelas que estão ocupadas tradicionalmente ininterruptamente”*. Está no art. 231 da Constituição, §§ 1º, 2º 3º, 4º e 6º. Está em todo o capítulo ali a questão indígena.

Então, nós vamos ter que mexer nisso — se há entendimento diverso, tem que ter o respeito à lei, à Constituição. E não está sendo respeitado. É o Morro dos Cavalos, são as outras 26 áreas que estão em Santa Catarina, são mais de 500 processos no Brasil. Mas, hoje, nós já temos 13% do território brasileiro como terra indígena. Treze por cento! A representante da FUNAI pode falar se é correto este



dado ou não, porque o relatório é da própria FUNAI. E a proposta é chegar a 25% do País! Ora, o que nós plantamos no Brasil é 8%, Deputado Edinho! Oito por cento, o Brasil planta! Quantos indígenas têm no Brasil? Oitocentos e dezesseis mil, segundo o IBGE — 0,4% da população brasileira! Não é possível. Cinco milhões e duzentas mil propriedades do Brasil plantam 8% do território. Nós temos 13% de território indígena, e ainda estão buscando mais terra!

Então, o problema não é terra. Outra coisa estranha está por trás disso, impedindo que o Brasil se desenvolva. ONGs estão por trás disso, o CIMI está por trás disso, interesses internacionais estão por trás disso. Nós vamos desnudar isso dentro da PEC 215. Com certeza, precisamos também buscar — e vamos buscar — as origens desta discussão, um laudo antropológico falsificado, que conhecemos a história do Morro dos Cavalos, com os nossos antropólogos da Universidade Federal, para que possamos retirar esse custo do Brasil que é fazer toda essa obra com o custo maior, o que, inclusive, o Tribunal de Contas está questionando.

Vamos assentar os indígenas, colocá-los dignamente na saúde, na educação, dar-lhes cidadania, com certeza. Agora, do jeito que se está tocando essa questão indígena no Brasil, o conflito está instado, e o Brasil não aguenta isso. E quem vai pagar essa conta, senhores do DNIT? Isso é mau uso do dinheiro público, que está aplicado numa obra em que não precisava ser aplicado. Quem é que vai pagar essa conta? Quem vai ser responsabilizado por mau uso do dinheiro público, por má gestão?

Então, é isso o que nós temos que discutir. Com certeza a PEC 215 vai para essa direção. Nós vamos colocar para a sociedade esta discussão em todos os Estados e mostrar o que nós queremos. E a sociedade brasileira vai dizer o que vai querer com a questão indígena. Vamos proteger, ajudar os nossos indígenas? Vamos, mas dizer que essa política que está aí está certa, com certeza, não está.

Parabéns pela audiência, que é, mais uma vez, para esclarecer a questão. Vamos continuar esta discussão. Eu acho que esse caminho para a solução realmente é nós definimos a legislação para não ter dúvida o promotor, o juiz; o Governo, a FUNAI do que é e do que não é terra indígena. Que fique claro isso. Acaba o problema, acaba o conflito.

Com certeza, há solução para o Brasil.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Obrigado, Deputado Valdir Colatto. Reconheço o trabalho de V.Exa. nessa questão de terras indígenas, quilombolas e outros assuntos aqui nesta Casa, como o Código Florestal e tantos outros.

Vamos ouvir o último inscrito, o Deputado Manoel Mota. Só quero comunicar aos Deputados que já saíram — nós estamos com votação nominal, mas nós continuaremos aqui, podem ir e voltar — que o Deputado Manoel Mota fala e depois vamos ouvir os nossos convidados para responder as indagações até aqui; posteriormente, ouviremos os Prefeitos e outros convidados aqui presentes, lembrando que a reunião está sendo gravada e transmitida pela *TV Câmara*, Rádio Câmara e *web*. O Brasil estará acompanhando os trabalhos desta audiência pública.

Com a palavra o Deputado Manoel Mota. Agrademos a presença de V.Exa. aqui, nesta oportunidade.

O SR. MANOEL MOTA - Deputado Edinho Bez, quero cumprimentar V.Exa. pela iniciativa importante, fundamental, para discutir esta questão, que é importante, está caindo do galho, de madura, e ninguém aguenta mais isso.

Eu vivi na área do transporte. Eu respondo quatro processos na Polícia Federal, por movimento na BR-101, até para buscar ordem de serviço para que o número de morte de pessoas diminuísse. Inclusive V.Exa. participou de alguns dos fechamentos.

Eu queria dizer que conheço, no Morro dos Cavalos, duas casas de índio — duas casas de índio. Morro dos Cavalos não produz nada. Eu quero saber quem importou os índios para o Morro dos Cavalos. Quem importou os índios para o Morro dos Cavalos? Não tenho nada contra eles. É irresponsabilidade. Para fazer pressão, trouxeram índios de outras regiões que não têm nada a ver com Morro dos Cavalos, e hoje está minado. É um local onde não se produz nada. Produção? Zero. Tudo é bancado com o dinheiro de quem? Do Governo, da FUNAI, por aí fora.

Nós tivemos, neste ano, que está se encerrando, 90 acidentes. Nesses 90 acidentes, morreram 22 pessoas no Morro do Cavalo, por quê? Por essa razão, por falta da quarta pista. É um acidente em cima do outro. Outro dia teriam morrido muitos, mas o motorista de um ônibus teve a coragem de dizer: “*Vou me arriscar a*



morreu, mas não vou jogar o ônibus lá embaixo". Ele morreu, e as pessoas ficaram machucadas, mas todos ficaram vivos. Poderiam ter morrido 20, 30.

Eu quero aqui saudar a FUNAI, o IBAMA, o DNIT. Saúdo também meu amigo Pedro Lopes, que tem trabalho muito em cima disso para a gente superar o problema. Queria saudar os meus Prefeitos e, em seu nome, Deputado Edinho, todos os Deputados que estiveram aqui, não só os de Santa Catarina, outros Deputados do País que vieram aqui contribuir. Queria saudar também o meu Vereador, o Brants, que veio representando a Câmara de Vereadores de Palhoça, e o outro Vereador, que veio representando o Prefeito. Por isso, é importante hoje esta audiência aqui.

Esse é o Brasil que nós conhecemos. Quando decidiu o Brasil ir buscar o gás da Bolívia, não se perguntou se havia árvore nativa, se havia serra, se havia índio. Não se perguntou isso a ninguém. As máquinas passaram, era igual a um avião ou uma máquina de (*ininteligível*), demolindo tudo. E veio para cá. Então, está faltando vontade do Governo de realizar essas questões.

Hoje, nós já temos definição, nós temos uma audiência pública. Nessa audiência pública, lamentavelmente, nós tivemos conhecimento de que o DNIT quer realizar a quarta pista, não há problema. Inclusive já fizeram a licitação. Vamos ver o que vai acontecer com a quarta pista. Mas o inimigo da quarta pista sabem quem é? A FUNAI. Assumiu isso, ao vivo e a cores, lá na nossa audiência pública. A FUNAI é o inimigo da quarta pista.

Então, nós não podemos admitir nem concordar que uma obra que carrega a riqueza deste País, o tapetão preto que abastece o Brasil inteiro, o Nordeste inteiro, possa ser impedida, porque uma entidade não quer que saia, porque as terras têm que ser demarcadas. Nós não estamos discutindo demarcar as terras com a quarta pista. A quarta pista é provisória, porque está definida a questão dos túneis. É apenas para amenizar o sofrimento e diminuir as mortes. É para isso que estamos trabalhando e vamos trabalhar.

Será que é preciso que dia 2, dia 3 de fevereiro a Câmara de Vereadores de Palhoça vá se instalar lá em cima do Morro dos Cavalos? Vai haver uma sessão, nós vamos levar a Assembleia Legislativa. Isso vai durar 3, 4, 5 horas. Vai vir gente de Curitiba, de Porto Alegre. Se nós não tivermos outra forma de chamar a atenção,



nós temos que tomar medida e mostrar que o povo também sabe o que quer. Esse negócio de “ó, vou ver o que vai acontecer” nós não aceitamos mais. Tem é que acontecer, tem é que acontecer. Nós precisamos da quarta pista para que diminuam essas mortes e para que o turista que vem do Paraguai, do Uruguai, da Argentina não fique 3, 4 horas numa fila. Eles nunca mais põem o pé em Santa Catarina! Nem podem botar! Eles vêm para descansar, e não para sair dali com a cabeça derretendo.

Então, é preciso, sim, muita responsabilidade. E ouvi aqui e quero endossar todas as palavras do Deputado que falou recentemente que — é pena que o Deputado Colatto também saiu daqui — para o Ministério Público tem que ser definido o quadro em que atua. Hoje, ele faz a vez do juiz, ele faz a vez do Prefeito. Não precisa mais Prefeito nessa cidade? O Ministério Público não deixar realizar... Dentro do teu Município, tu tens produto para as estradas: pedra, seixo rolado, etc. Aí uma empresa lá da outra região recorreu à Justiça, e tu não podes tirar... E vais responder processo; vão trancar as máquinas; podes ser preso. Então, é preciso o Congresso Nacional, Deputado Ronaldo Benedet, tomar uma medida, definir qual é o setor em que Ministério Público vai atuar. Não é em todo setor, não é em tudo. Eles atuam em tudo. Então, nós estamos vivendo um Brasil que é o nosso Brasil, que é o Brasil que nós amamos, mas é um Brasil que deixa muito a desejar quando tu vês pessoas perdendo a vida.

Gostei demais da sua intervenção, mas não é o mesmo que fez a FUNAI lá em Santa Catarina. Nós falamos: “*E as mortes?*” “*Ah, as mortes? Eles que se cuidem.*” Isso é resposta? Isso é pessoa despreparada, que não pode estar lá na FUNAI, envergonhando o Governo. Foi uma vergonha. O responsável foi de dedo a um Deputado, assim ó. Aí o pessoal ia pular lá; os (*ininteligível*) segurar, para não dar... Quer dizer, a FUNAI se colocou lá, no Morro dos Cavalos, como inimigo da população.

E eu gostaria que você, que representa a FUNAI aqui em Brasília, tomasse medidas, que fizesse intervenção na FUNAI em Santa Catarina e que buscasse solução, porque senão... Estão aqui os Vereadores, o pessoal lá de Palhoça — vai haver um fechamento. Nós vamos pegar primeiro a assinatura dos poderes todos



para depois fechar e só o Exército abrir. Quer dizer, se não houver outra forma, essa é a forma.

Aqui é o Brasil. Ou tu enfrentas de frente, ou então vais morrendo, fazes de conta que está sendo feito, e o pessoal faz de conta que está aceitando o que está sendo feito. E o que acontece? Se disser ao DNIT *“Morro do Formigão, em Tubarão, nota 10”*, não se discute mais. Estão trabalhando em três turnos. *“A Ponta da Cabeçada, nota 10; o Morro dos Cavalos, nota zero.”*

Então, eu queria aqui que pedissem ao nosso comandante, ao nosso general, que tomasse uma medida — porque ele é corajoso, ele tomou uma medida em outra serra, que eu nem vou falar —, e que tomasse no Morro dos Cavalos medidas duras, radicais, que terá todo o apoio da população e de toda a imprensa de Santa Catarina.

Então, é essa a minha intervenção. E eu gostaria de poder sair daqui com alguma resposta no mínimo razoável, para que a gente pudesse chegar lá e dizer para a imprensa: *“Dá para acalmar. As coisas vão acontecer”*. É isso o que nós queremos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. COORDENADOR (Manuel Rosa Neca) - Dando prosseguimento aos nossos trabalhos, vamos franquear a palavra à Dra. Aline Figueiredo.

A SRA. ALINE FIGUEIREDO - Na verdade, eu sou Aline, Coordenadora-Geral de Meio Ambiente.

Sobre todas as colocações, eu queria esclarecer, na verdade, três pontos, o que acontece em relação a Morro dos Cavalos: qual é a relação entre o licenciamento, a manifestação da FUNAI e a anuência do IBAMA entre o Morro dos Cavalos e a quarta pista.

O Morro dos Cavalos, como todo mundo já sabe, foi uma recomendação, resultou do processo do licenciamento da BR-101. Houve um EIA/RIMA específico para o licenciamento do Morro e que recebeu recentemente a licença prévia para o empreendimento. Então, hoje nós estamos em fase de detalhamento das condicionantes da licença prévia para requerer a licença de instalação.

O túnel do Morro dos Cavalos está previsto pelo DNIT para ser licitado em abril de 2014. Como foi um processo em que, no desenrolar, no dia a dia, o



resultado do seu licenciamento atrasou, surgiu, para minimizar os impactos, a questão do tráfego, a necessidade da quarta pista.

Em relação à licença prévia do Morro dos Cavalos, que a gente aguardava, a licença prévia foi concedida. Então, a gente tem neste momento condições de dar continuidade, inclusive, às atividades da quarta pista.

Em relação à manifestação do técnico de lá, da FUNAI local, onde ele menciona que o DNIT, primeiro, não incluiu este pedido para a FUNAI e também não incluiu isto no estudo do EIA/RIMA do Morro dos Cavalos, eu queria registrar dois esclarecimentos. Primeiro, o DNIT não incluiu a quarta pista no EIA/RIMA do Morro dos Cavalos, porque, à época, na verdade, não havia necessidade efetiva da quarta pista; a quarta pista foi um resultado dessa questão.

Adicionalmente, não há necessidade de se fazer — ele menciona também, depois eu gostaria até que o Eugênio esclarecesse — um novo EIA/RIMA para a quarta pista. A quarta pista é um acesso de cerca de 3 quilômetros. Aliás, no final, eu gostaria de entregar as imagens e o protocolo, que é um resumo do projeto do que é a quarta pista. Esse projeto já foi, sim, protocolado na FUNAI e no IBAMA.

Em relação à quarta pista, inclusive, nós já fizemos uma atividade muito semelhante, logo um pouco antes do que seria a quarta pista, com uma cortina atirantada, que é um muro de pedra, onde havia o risco de escorregamento. Hoje, no local da quarta pista, o que se pretende é exatamente a mesma coisa, numa extensão de aproximadamente 3 quilômetros, dentro da faixa de domínio, e é o lado oposto ao que fica a comunidade indígena. Então, não há maiores problemas do ponto de vista claro, único, da obra, até porque associadas a ela há outras obras de segurança que hoje oferecem risco à própria comunidade. A gente tem registros — tem um acesso logo na saída para Maciambu — de que muitas vezes os motoristas entram nessa saída, ou fazem um retorno, e o que é pior, no meio da pista.

Esse é o projeto da quarta pista. Ele foi, sim, protocolado tanto na FUNAI quanto no IBAMA. A gente chegou a pedir uma audiência com a comunidade indígena para explicar o que era o projeto, e desde então surgiu o receio das comunidades também indígenas, de fato, de que se se fizesse a quarta pista não se faria o túnel.



Já existe um ofício do Diretor-Geral do DNIT, do General Fraxe, para o Presidente da FUNAI, em que ele se compromete, formalmente, que uma coisa é simplesmente uma mitigação e uma questão de segurança em relação às obras do túnel. Isso em relação ao Morro.

No meu entendimento, talvez a Janete possa esclarecer também, quando ainda não existia a licença prévia para a construção do túnel do Morro dos Cavalos, como ainda não existia a viabilidade, se o túnel poderia ser feito ou não, ainda existiam dúvidas se poderia ou não ser discutida a questão da anuência da FUNAI à quarta pista. Mas, hoje, com a licença prévia para a construção da quarta pista no Morro dos Cavalos, no meu entendimento, a gente está num momento adequado para discutir e até para obter a anuência da FUNAI à realização da quarta pista, se assim for o entendimento.

Tem um registro na Informação Técnica nº 205, de 2013, da FUNAI, que foi o que subsidiou a licença prévia para a construção do túnel no Morro dos Cavalos, que, em alguns momentos, gera dúvidas. Ele diz que não seria possível, antes de concluída a desintrusão da terra, a execução ou a obtenção da anuência da FUNAI à licença para a instalação do túnel, o que é justificável, uma vez que os índios residem ali naquela área — mas, só registrando novamente. Isso é uma manifestação para o túnel, não necessariamente para a quarta faixa. Então, o que resta de dúvida é se essa restrição existe também para a quarta faixa. Tanto é que nós mandamos, agora no início de dezembro, um ofício para a FUNAI, em que a gente faz menção a esse item e questiona se qualquer tipo de intervenção refere-se também à quarta faixa.

Para concluir, é por esse motivo que a licitação da quarta faixa foi colocada na praça. Para a licitação da quarta faixa não se faz necessário nenhum tipo de licenciamento, no nosso entendimento. É uma coisa que já está permitida pela licença de operação desse trecho que pertence à Arteris. Esse tipo de obra é, de fato, simples, e a gente já fez outras muito semelhantes no processo de licenciamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Eu só queria pedir um pouco mais de objetividade, se a senhora pudesse colaborar, porque nós estamos em sessão.



A SRA. ALINE FIGUEIREDO - Então, encerrando, eram esses os esclarecimentos sobre o Morro dos Cavalos e sobre a quarta pista.

Em relação à Litorânea, o que precisa ser registrado: o IBAMA concedeu, em 2010, o Termo de Referência. O DNIT contratou tanto o EIA/RIMA quanto estudos indígenas. E o EIA/RIMA obteve autorização de coleta e captura, e concluiu-se o EIA/RIMA. Ao longo desses 2 anos em que o EIA/RIMA estava sendo desenvolvido, tentou-se — e a gente tem documentos — entrar num consenso com a FUNAI, para receber o Termo de Referência definitivo de quais seriam as terras que seriam objeto de estudo.

O que acontece em relação à Litorânea é que a FUNAI não aceita ou não acata a interceptação, ou pelo menos quer que o DNIT apresente uma alternativa — um contorno, que seria o contorno oeste —, afastando a Ferrovia Litorânea Sul do litoral. Isso seria elaborar um novo projeto, um novo traçado completamente diferente, porque não interceptaria. A nossa alegação é de que, em relação à área, praticamente todo ele será subterrâneo, será em túnel. Então, assim como a rodovia já passa lá, hoje, e já existe mitigação, a única parte que tem uma interferência mais direta com a comunidade é o emboque do túnel para a Ferrovia Litorânea Sul. Mas ele está todo em elevado, o que evitaria isso, e também poderiam ser adotadas as medidas de mitigação e de simplificação.

Então, o que precisamos? Ou a FUNAI se manifesta dizendo *“não é possível, não queremos, não será permitido passar por dentro da terra indígena, em definitivo”* ou diz o que é preciso para que a gente elabore um estudo. O problema é que a gente não conseguiu iniciar o estudo da Litorânea Sul.

Eram esses os esclarecimentos que eu queria dar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Com a palavra a Coordenadora-Geral de Licenciamento Ambiental da FUNAI, Maria Janete Albuquerque de Carvalho, para responder às perguntas e aos questionamentos.

A SRA. MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO - Eu vou tentar ser breve, mas eu acho que cabem muitos esclarecimentos aqui na audiência não só sobre a questão em foco, que é o licenciamento ambiental da BR-101, túneis, quarta pista, que é uma medida de mitigação, Ferrovia Litorânea, mas também sobre a questão indígena como um todo.



Embora não seja foco direto, mas acabou sendo levantada por alguns dos nobres Deputados a questão fundiária como se fosse um problema, é necessário esclarecer bem e reforçar que a FUNAI não tem, e nem poderia ter, os povos indígenas como qualquer problema. Para nós, eles são parte da solução. Nós somos o país mais megadiverso do mundo, e temos que ter muito orgulho disso. Mais do que biodiversidade, nós somos o único país do mundo que tem 300 povos em nosso território. Somos o único país que tem 180 línguas sendo faladas, e isso é um patrimônio que nós cidadãos brasileiros devemos louvar.

Quanto à questão específica de Santa Catarina, não estamos discutindo aqui a Terra Indígena Morro dos Cavalos. Ela é uma terra indígena tradicionalmente ocupada, reconhecida pelo Estado brasileiro desde 2008. E a nossa legislação, felizmente, graças ao trabalho, também, dos Parlamentares ao longo dos anos neste País, é uma das mais avançadas em relação à proteção de minorias, especialmente dos povos indígenas, e em relação ao meio ambiente.

A Terra Indígena Morro dos Cavalos, respondendo à pergunta do Deputado Esperidião Amin, tem uma população atual de cerca de 25 famílias, que totaliza cerca de 200 pessoas. Isso significa o quê? Para entender o que a questão dos guaranis significa, peço licença para explica-la um pouco. Quem são os guaranis? São os habitantes brasileiros natos. Eles fazem parte dos primeiros habitantes do nosso País. Os guaranis são um povo que tem uma territorialidade muito bem definida. Muitas pessoas acabam chamando-os de nômades, o que não significa que sejam nômades. Nômades remetem...

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Sr. Presidente, uma questão de ordem. Eu vou me retirar da reunião, porque eu não vim aqui para aprender sobre os direitos e deveres do índio brasileiro. Nós viemos para resolver uma questão. Nós encaminhamos uma discussão. Se ela está satisfeita com a legislação, não cabe aqui... Ela tem o direito de esclarecer, mas eu não tenho o dever de ouvir. Então, eu vou me retirar, em contestação, porque eu não estou propenso a receber uma aula de direitos indígenas, de línguas ou de outras coisas. Eu respeito o índio, mas o índio que não quer apito — entendeu? —, o índio que quer se integrar à sociedade. Enquanto for essa conversa, não tem acordo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Eu só quero dizer a V.Exa. o que foi perguntado anteriormente. Lamento pela importância de V.Exa., respeito-o, mas gostaria de contar com a presença de V.Exa.

A SRA. MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO - Da mesma forma, eu acho que nós cidadãos brasileiros também não viemos aqui para receber algumas questões que foram colocadas. Essa é uma audiência pública. Eu acho que eu, como servidora pública federal, como a maioria das pessoas aqui presentes, tenho o direito de esclarecer. Já que foi colocada em xeque a questão da territorialidade dos guaranis e a pertinência da existência ou não da terra indígena e de como isso tem “afetado” — entre aspas — o desenvolvimento do País, eu acho que cabe uma explicação da minha parte. Enquanto representante da FUNAI e servidora pública federal devo fazer estes esclarecimentos. Não se trata de dar aula, não é nada disso. É um dever meu, enquanto estiver presente a esta audiência pública, tentar prestar esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Só peço a V.Sa., se possível, que se atenha mais às perguntas dos Deputados.

A SRA. MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO - O.k. Eu estava justamente respondendo à primeira pergunta do Sr. Deputado Esperidião Amin sobre a população da Terra Indígena Morro dos Cavalos.

Eu só gostaria de falar que a população do povo guarani é em torno de 30 mil pessoas neste País. Os guaranis têm uma territorialidade um pouco mais difusa do que geralmente nós concebemos. Por isso, às vezes parece que eles não existem. É uma tática, é uma estratégia de sobrevivência há mais de 500 anos de contato. E nós servidores públicos do Poder Executivo e de todos os Poderes temos que tentar entender isso.

Em relação a índios integrados à sociedade, eu gostaria de falar que os índios são parte de nossa sociedade, eles nunca foram fora da nossa sociedade. A FUNAI protege e promove os direitos dos povos indígenas. Nós devemos, sim, levar a eles educação, o que é até uma responsabilidade do MEC, e não da FUNAI, respeitando os seus conceitos, a sua origem e a sua forma de organização social. São 300 povos tão diferentes entre si quanto um japonês de um alemão. Traduzir políticas



públicas para esses povos é um desafio. E nós temos tentado, há mais de 45, anos fazer isso.

Em relação ao que o Deputado falou sobre as medidas de segurança, cerca, outras questões e, complementando, em relação ao que a representante do DNIT informou aqui, que o projeto da quarta faixa é no lado oposto ao da aldeia — e eu já estive lá fazendo vistoria pessoalmente —, foi informado pelos técnicos do DNIT que ia ser preciso fazer uma pequena derrocada no Morro dos Cavalos, onde está localizada a aldeia, só para se fazer o recuo direito. De qualquer maneira, isso está sendo analisado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO - Não, não é uma derrocada inteira, é um pedacinho, para que possa ser feita a contenção. De qualquer maneira, em relação às medidas, todas elas já estão tentando ser consideradas: cercas, etc. Uma informação que nos foi passada era que a quarta faixa estava muito próxima da aldeia, tanto que nós conferimos ponto a ponto.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO - Muito próximo, muito próximo. Hoje, o acostamento também é usado como área de passagem para eles acessarem o outro lado do morro — isso também estaria comprometido — não necessariamente para atravessar a rua.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO - Os índios. É área de uso também. Toda a terra indígena tem toda justificativa em relação às áreas de uso para reprodução física e cultural, de acordo com os critérios estabelecidos na Constituição Federal: habitação permanente, atividades produtivas, meio ambiente e a parte fundiária.

Independente de acharem que somos nós que tomamos todas as decisões do Brasil, o dever da FUNAI, voltando a lembrar aqui, é proteger e promover os direitos dos povos indígenas. Nós temos que contribuir para a construção de um país para todos, para todo o mundo, e que tenha planejamento, tenha inclusão e que nenhum direito seja sobreposto a outro. No caso dos povos indígenas, é nossa obrigação protegê-los e promovê-los.



Em relação à quarta pista, a condição que sempre nós temos colocado, até em razão de segurança, seria justamente a desintrusão da terra indígena — extrusão da terra indígena é o termo mais correto —, para que os indígenas possam até sair de cima do Morro dos Cavalos e as obras possam ocorrer sem problemas. A terra indígena está judicializada. Há contestação. No estado de direito pluriétnico, isso é permitido, é legítimo. E é ótimo que se tenham contestações e que a gente possa sempre estar aberto ao diálogo. A terra está judicializada. Há alguns impeditivos para que a FUNAI possa concluir todo o procedimento de regularização fundiária.

Se a FUNAI conseguisse dar a posse plena da terra, que já foi declarada pelo Estado brasileiro posse permanente dos povos indígenas desde 2008, a aldeia poderia mudar, e o Morro estaria tranquilo para qualquer intervenção, respeitada a legislação, obviamente. Mas não haveria a questão da segurança que apontamos aqui no início da nossa fala, em que nós temos que garantir a segurança dos povos indígenas para evitar qualquer outra morte. Eu acho que ninguém mais aguenta carregar mortes nas costas, sejam indígenas, sejam não indígenas, por conta de um projeto que, se a gente tivesse conseguido dialogar melhor, talvez ele já estivesse resolvido. Agora, há, sim, um imbróglio territorial ali, onde há um impedimento dos índios terem a posse plena das suas terras, para que eles possam até mudar a aldeia, e as obras possam acontecer. E na manifestação dos povos indígenas desde 2010, sempre foi essa a questão. Eles são favoráveis...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Por favor.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Eu acho que aqui é o *(ininteligível)* senão, para mim, a audiência não valeu nada, porque não vamos resolver nada. Cada um diz...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - ... entre aspas e não se resolve nada.

A minha pergunta, então... Você falou, falou, falou e tal. Eu até gostei da aula, porque aquilo que a gente não conhece bem é bom aprender. Eu nunca acho que é ruim ocupar espaço na nossa cabeça com a história. Mas eu queria fazer uma



pergunta objetiva, que é o que nós estamos fazendo aqui. Nós viemos aqui para saber se a licitação está em andamento. Quero saber se dia 30 de janeiro a licitação está pronta para dar a ordem de serviço. A FUNAI vai procurar complicar, para não deixar fazer, ou vai buscar aqui o entendimento com DNIT, com o IBAMA, dizendo: *“Bota a cerca, bota mais para lá ou mais para cá, ou para a esquerda, ou mais para a direita”*? Isso é fácil de resolver. É boa vontade! Como eu disse, começa a boa vontade para tudo se houver entendimento entre índios e brancos, que nunca tiveram problema nenhum.

Então, o que eu queria dizer e advertir aqui é que eu acho que vocês têm lá... vem de Brasília uma coisa, alguns lá querem, talvez, botar fogo nessa gasolina, aliás, apagar fogo com gasolina, porque até hoje lá nunca houve fogo, porque tem bastante água, sempre foi tranquilo. Eu só queria perguntar: A FUNAI vai contribuir para deixar fazer a quarta pista ou vai criar problemas porque não aceita?

A SRA. MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO - Objetivamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Eu só gostaria de complementar a sugestão do Deputado Ronaldo Benedet — eu estava inscrito aqui —, para ganhar tempo. O que está faltando para a FUNAI liberar para o DNIT licitar a quarta pista?

A SRA. MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO - Sendo muito objetiva, a gente precisa da desintrusão da terra indígena, para realocar as comunidades...

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Ou seja, tem que tirar todo mundo de lá para fazer a quarta pista, senão não sai. É isso?

A SRA. MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO - A segurança dos indígenas, que a FUNAI...

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Não, só um pouquinho. Você disse que a condição é a desintrusão. Todo mundo tem que sair, senão não sai a quarta pista?

Olha, doutora, eu quero dizer uma coisa: *“Isso vai criar uma guerra, é irresponsabilidade o que estão fazendo”*.

A SRA. MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO - Não.



O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Isso é uma guerra. Isso é uma guerra que vai ser declarada em Santa Catarina.

A SRA. MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO - Em relação...

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - O que é isso? Isso é uma irresponsabilidade!

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO - Eu acho que o senhor não ouviu a minha resposta. Falei 25 famílias, cerca de 200 pessoas. Acredito que o senhor não tenha ouvido.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Cem mil veículos por dia, doutora! Cem mil veículos, por dia, passam ali. Nós estamos falando de cem mil veículos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Somente deixem ela terminar. Só para ela concluir.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Não. Para mim, se esse assunto não buscar um acordo, a reunião acabou aqui, não tem mais solução.

A SRA. MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO - Em relação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Nós temos as considerações finais depois.

A SRA. MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO - Em relação a procurar o diálogo, a FUNAI já está procurando o diálogo desde sempre.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Mas o diálogo é condição radical. O que nós temos a ver com a desintrusão?

A SRA. MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO - Não é essa a questão. É um direito constitucional garantido aos povos indígenas, numa terra declarada desde 2008. A portaria declaratória é de 2008.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO - Não queremos...

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - É chantagem.

A SRA. MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO - Não estamos fazendo chantagem.



O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - São 100 mil veículos por dia, 200 mil pessoas passam ali. Isso é irresponsabilidade! Vão criar um conflito.

A SRA. MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO - Sr. Deputado...

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Vocês vão puxar para cima dos índios um problema que nunca houve. Isso é irresponsabilidade!

A SRA. MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO - Sr. Deputado, infelizmente, quem puxa problema para cima dos índios não é a FUNAI. Por outro lado, nós estamos buscando a garantia dos direitos dos povos indígenas. Se podemos conversar, construir, nós sempre estaremos abertos. Nós não podemos...

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)* mais 10 anos, 20 anos para *(inaudível)*.

A SRA. MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO - Nós não podemos...

(Não identificado) - É falta de vontade.

A SRA. MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO - Desculpe-me, mas não é falta de vontade, não. Se a gente for discutir o que é falta de vontade...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - O Regimento não permite. Deputado Mota, V.Exa. vai falar em seguida. O Regimento não permite interromper o convidado, enquanto ele estiver falando. Isso vale tanto para Deputados quanto para convidados, senão nós vamos até a meia-noite.

O SR. MANOEL MOTA - Eu só queria fazer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Brevemente. V.Exa. está com a palavra.

O SR. MANOEL MOTA - Quanto a todos os acidentes, a todas as mortes, haverá um processo contra a FUNAI. Eu já contratei o melhor advogado deste País, e eles vão pagar pelo que estão fazendo conosco em São Catarina!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - V.Sa. continua respondendo às perguntas dos Deputados.

A SRA. MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO - Lamento profundamente um clima tão hostil para a gente continuar o diálogo. De qualquer maneira, nós temos buscado o debate.



A condição, em termos de proteção dos direitos indígenas, é a desintrusão da terra indígena. Isso nos impede continuar conversando justamente para que outras vidas não sejam perdidas? Não, não impede.

Como foi colocado, a quarta faixa é uma medida de mitigação prevista no processo de licenciamento, enquanto se está construindo o processo, os túneis. Nós temos que achar uma medida. A medida é boa para todo mundo, não é ruim para os povos indígenas. O que a gente não pode é colocar os povos indígenas num estado de vulnerabilidade maior do que aquele em que eles já se encontram hoje devido ao aumento do fluxo de veículos, ao aumento das invasões das terras indígenas. E aí... *(Pausa.)* Respeito é bom!

Entre outras questões que aumentam a vulnerabilidade daquele povo, que está em busca de um direito garantido constitucionalmente, direito esse que é baseado num princípio, antes de haver Brasil havia os povos indígenas; a eles são garantidas suas terras. Existe uma tradição fundiária no Brasil.

Eu não vou discutir a questão fundiária aqui, porque não é o meu foco, e, sim, o licenciamento. O nosso foco aqui é a interveniência da FUNAI nos processos de licenciamento ambiental. Essa é a ponderação da FUNAI em relação aos povos indígenas.

A autorização tem que ser conversada, inclusive com os órgãos que autorizam. Não é a FUNAI que autoriza ou deixa de autorizar. Nós levantamos recomendações para os povos indígenas. É óbvio que isso tem que ser feito de comum acordo, com consenso entre todos os envolvidos. Não adianta a FUNAI falar, e aqui se comprometer com os senhores, que não há óbice pela FUNAI, ou que não vai ter jeito, sendo que ainda não foi construída a solução propriamente dita, com todas as medidas previstas, etc., inclusive para a gente conversar com as comunidades indígenas.

Existe toda uma boa vontade. Não é questão só de boa vontade, acho que tem que haver a boa-fé de todos os lados. Ninguém aqui quer sobrepor um direito ao outro. Mas também criminalizar os povos indígenas por eles serem indígenas e estarem atrás do seu direito é uma questão até muito injusta. A FUNAI está tomando uma decisão dentro da legalidade. Nós estamos tomando a nossa decisão baseados em critérios técnicos e legais. É óbvio que há outros fatores que podem ser



considerados na tomada de decisão. O que eu estou falando aqui — e é a minha seara — é em termos de critérios técnicos, critérios legais, para a gente evitar... Judicialização de processo não é bom para ninguém.

Eu entendo perfeitamente as contradições do processo. Nós da FUNAI entendemos perfeitamente todas as contradições do processo explicitadas aqui, por exemplo, em 2009 o Ministério Público ter suspenso a autorização e agora ter entrado contra o DNIT por não fazer. Mas nós temos que fazer isso da melhor maneira possível. Nós precisamos ter responsabilidade também.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Vocês não estão sabendo, doutora, separar uma coisa da outra: comunidade indígena é uma coisa, interesse da sociedade é outra. Você fazer mais uma pista num local que tem 3 metros e meio de largura somente... Um radicalismo desses vai levar vocês a arrumar um monte de gente, que podia estar do lado de vocês, inimiga. Essa não é uma boa tática de negociação.

(Não identificado) - O que vocês querem?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - O bom senso. Vamos usar o bom senso! Eu estou aqui propondo desde o começo o bom senso. O que nós queremos é só fazer com que o povo de Santa Catarina, do Brasil que passa por ali, seja transportador, seja turista, seja quem se dirige para o trabalho, pare de sofrer em filas intermináveis. Já tivemos 5 horas de fila! Meu Deus do céu! É só uma questão de bom senso.

A SRA. MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO - Eu tenho uma proposta de encaminhamento.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - E vocês com essa impertinência de exigir a desintrusão! Isso não depende de nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Eu gostaria de...

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Se quer fazer desintrusão, faça daqui a 1 ano, 2 anos, 3 anos. Isso vai demorar quantos anos? Nós vamos parar tudo agora na BR-101? Não. Não temos poder para isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Gostaríamos de ouvir — depois nós vamos ter o encaminhamento final aqui — o Sr. Eugênio Pio Costa, Diretor de Licenciamento Ambiental do IBAMA.



Antes quero registrar a presença dos Deputados Pedro Chaves, Manuel Rosa Neca e Francisco Escórcio, que falará em seguida.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO ESCÓRCIO - Depois?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Depois, porque o Diretor do DNIT é um dos nossos convidados que está aqui respondendo às perguntas dos Deputados. Conto com a compreensão de V.Exa.

Com a palavra o Sr. Eugênio Pio Costa, depois, o Deputado Francisco Escórcio.

O SR. EUGÊNIO PIO COSTA - No âmbito do licenciamento ambiental, a gente entende que essa quarta faixa é importante como medida mitigadora, inclusive durante as obras desse túnel. Então, ela é importante para nós.

Foram feitas algumas observações, por Deputados que já saíram do plenário, sobre os custos ambientais, sobre essas medidas mitigadoras. Eu informo aos senhores que esses gastos só ocorrem devido aos impactos ambientais que são provocados pela construção de rodovias, ferrovias, portos. Existe a necessidade de você mitigar esses impactos ambientais, senão a natureza fica abandonada, fica aí de qualquer forma. Nós temos garimpos com 300 anos, 400 anos de idade, cujas áreas estão para serem recuperadas. Então, nós temos que ter cuidado com o meio ambiente.

A Política Nacional do Meio Ambiente foi implementada pela Lei nº 6.938, de 1981, posteriormente foi recepcionada na nossa Constituição Federal, e, recentemente, a Lei Complementar nº 140, de 2011, consolidou o licenciamento ambiental como a lei que cuida do meio ambiente. Isso é importante salientar.

Nós entendemos as dificuldades de se resolver essa pendência, mas entendemos que há como chegar a um denominador comum para se mitigarem esses impactos que, hoje, toda a sociedade catarinense e o Brasil sofrem. Então, a gente precisa encontrar alguma forma de chegar a um acordo, de acertar essa situação para resolver esse problema. A quarta faixa vai ser uma obra temporária até a construção do túnel. Posteriormente ela será desativada.

São essas as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Antes de passar a palavra ao Deputado Francisco Escórcio, nosso amigo acima de tudo, vamos ouvir o Prefeito de



Biguaçu, Sr. Castelo, que precisa se retirar. Ele prometeu ser rápido, 2 minutinhos, na sua intervenção.

O SR. JOSÉ CASTELO DESCHAMPS - Eu tenho que viajar, mas antes quero dizer que nós temos duas aldeias no Município, uma fica na BR-101, no Município de Biguaçu, e a outra fica mais no interior. Eu faria um apelo à FUNAI para que não coloque mais índios à beira de rodovias. Quanto àqueles que estão mais no interior do Município, não tem nenhum problema. Eles estão sendo bem assistidos, estão participando da sociedade como devem. Mas índio na BR-101, ou em qualquer BR, perto de rodovia... Ali não é o lugar do índio. O índio não incomoda, o que nos traz problemas é a FUNAI. Então, eu gostaria que vocês tivessem bom senso e jamais permitissem que o índio fosse colocado perto de rodovia. É só com isso que eu gostaria de contribuir.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Com a palavra o Deputado Francisco, depois falará... Onde está o nosso engenheiro? (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO FRANCISCO ESCÓRCIO - Presidente Edinho Bez, queridos colegas, componentes desta audiência pública, eu tenho visto, ao longo do dia, vários discursos aqui pedindo à FUNAI que pare de causar conflitos no Brasil inteiro — no meu querido Maranhão, no Mato Grosso, em tudo que é lugar. Eu vou plagiar aquilo que aprendi na minha infância e vou dizer aqui: “Ou o Brasil acaba com a FUNAI ou a FUNAI acaba com o Brasil”.

O que eu ouvi por parte do Prefeito, solicitando que a FUNAI agisse no sentido de tirar os índios da beira das rodovias, é o que existe no Brasil inteiro. A FUNAI, em vez de dar uma qualidade de vida ao índio, está fazendo com que esse índio saia da aldeia e vá buscar os vícios do branco, e esse vício do branco está contaminando a aldeia como um todo: é o *crack*, é o álcool, é a prostituição. Aquele é que deveria ser o maior papel da FUNAI.

Nós estamos vendo a causa desse conflito, que pode ser um conflito armado, em vários pontos deste Brasil. Posso até dizer da irresponsabilidade da FUNAI. Sou Vice-Líder do PMDB, sou uma pessoa da base de sustentação do Governo da Presidente Dilma, respeito o PT como um grande aliado do PMDB, mas eu quero dizer que até a falta de respeito está posta aqui nesta reunião.



Presidente Edinho Bez, eu não quero provocar. A Dr. Maria Janete de Carvalho me disse que às vezes, ao sentar aqui, está sendo, vamos dizer assim, provocada, ou que, talvez, de maneira indelicada, nós estamos buscando sua figura. Eu mandei buscar o organograma da FUNAI para saber qual é a sua posição no órgão. A senhora não responde pela FUNAI. Isso que nós estamos fazendo aqui é vago, porque a senhora não tem atribuição para falar em nome da FUNAI. É incrível, mas é verdadeiro, o que eu estou trazendo aqui para os meus colegas. Nós estamos sentados aqui; é como se nós tivéssemos um escrevente, um datilógrafo no organograma do nosso... Eu estou mandando pegar agora! Não é diretora da área! Que ela me perdoe, mas não é a diretora. A senhora pode estar dando risada, mas é verdade. Eu mandei buscar o organograma e quero que os senhores olhem qual é o papel dela na FUNAI. A FUNAI está deixando de ter uma posição de respeito com esta Casa, porque quem deveria estar aqui é quem podia responder pela FUNAI. Agora, mandar um funcionário para cá para resolver um conflito dessa magnitude não é aceitável. Eu não posso aceitar! Não posso aceitar! E eu vou mostrar aqui para o senhor, antes de sair, o que eu pedi, para que nós possamos olhar qual é a função dela. Ela pode responder se é diretora pelo menos da área. Olhem, é muito séria a maneira como...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Peço a V.Exa. que conclua.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO ESCÓRCIO - Deputado Edinho Bez, eu tenho respeito a V.Exa., mas V.Exa. deixou muitos colegas aqui falarem por muito tempo. Agora, quando eu estou falando a verdade, parece que V.Exa. está exatamente se compadecendo de alguma coisa. Comigo é desse jeito, por quê? Não mexa no meu calo! Quando mexem no meu calo, aí eu tenho que usar da minha prerrogativa como Deputado. E eu quero perguntar a V.Exa., por quem tenho carinho: eu vi várias pessoas usando a palavra, por que V.Exa. agora quer me calar?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - V.Exa. falará quantas vezes quiser. O Regimento diz que são 3 minutos, e eu tenho usado aqui o bom senso para encontrarmos uma saída. Eu conheço muito bem V.Exa., somos amigos acima de tudo, tivemos nesta Casa várias reuniões juntos. Essa não é a nossa intenção.



Passo a palavra ao Prefeito de Laguna, Everaldo dos Santos, que também é Presidente da AMUREL — Associação dos Municípios da Região de Laguna.

O SR. EVERALDO DOS SANTOS - Eu queria parabenizar o Deputado Edinho pela coragem.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. EVERALDO DOS SANTOS - Exatamente. Eu acho que as coisas têm que ficar claras, nós temos que jogar de forma transparente.

A Maria Janete nos chamou a atenção quando fizemos aqueles comentários sobre a FUNAI, e, na hora em que o Deputado falou, ela também deu um sorriso de deboche.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO ESCÓRCIO - De deboche.

O SR. EVERALDO DOS SANTOS - Então, eu acho que tem que prevalecer o respeito neste Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Daí a reação do nobre Deputado. Agora eu entendi. Pois não.

O SR. EVERALDO DOS SANTOS - Eu quero parabenizar o Deputado maranhense e os demais Deputados aqui presentes, o Deputado Edinho, a representante da FUNAI, do DNIT e do IBAMA.

Sinto que o importante, Deputado, é que a Câmara dos Deputados deve fazer algo, para que haja o entendimento e se chegue à conclusão dessa situação, inclusive com prazo. Que a gente possa estipular prazo, Deputado Benedet?

Quando eu falo isso, refiro-me a todos os órgãos do Governo, principalmente aos órgãos ambientais. Precisamos estipular prazos: *“Vocês têm 6 meses para dar o parecer desse projeto”*.

A grande dificuldade que acontece hoje no âmbito do Brasil é que a gente, para conseguir uma licença ambiental, fica 2, 3, 4, 5 anos, e ela não sai da gaveta. Essa situação é lamentável, é desagradável.

Nós temos que aturar, como disseram os Deputados Benedet e Manoel Mota, as filas em Santa Catarina. Eu até convido a Dra. Maria Janete para pegar seu automóvel e esperar de 3 a 4 horas no trânsito de Santa Catarina. Convido não só ela, como qualquer representante do Ministério do Meio Ambiente ou do IBAMA, a



ficar de 3 a 4 horas numa fila, sob um calor de 30 graus, sofrendo por causa da situação de Morro dos Cavalos. Deputado Edinho, isso é lamentável.

Eu acho que nós, Deputados, Senadores, Prefeitos, precisamos de uma definição. Não podemos ver diariamente famílias morrendo na BR-101. Agora, está sendo concluída a ponte — parabênzo a Presidente da República Dilma, porque a ponte só saiu no Governo dela —, uma das mais modernas da América Latina, porque foi estaiada em curva, em Laguna, Santa Catarina, meu Município. Temos que parabenizá-la por isso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. EVERALDO DOS SANTOS - Exatamente, a Ponte Anita Garibaldi.

Fez-se uma grande obra, mas, indo para Florianópolis, você tem que enfrentar outro gargalo, que é Morro dos Cavalos. Ou seja, cobre-se um santo, mas se descobre outro.

Então, nós precisamos buscar aqui um entendimento e travarmos um diálogo. Não adianta, tem que haver o diálogo, senão não se vai a lugar nenhum. O que vai acontecer? Respeitamos os índios? Claro que respeitamos as 25 famílias indígenas. Mas quantas famílias já morreram ali, no trânsito? Isso não é levado em conta? As famílias dos brancos são o quê? Animais? Elas têm que ser respeitadas. Nós temos que buscar um entendimento. Que saia daqui hoje uma definição: quando é que vai ser entregue ou a licitação, ou a ordem de serviço, para se acabar com essa novela? Porque, senão, essa novela não vai ter fim.

Era isso o que queria colocar, Deputado.

Quero parabenizar V.Exa., os Deputados Federais, o Deputado Manoel Mota, todos dos órgãos ambientais, do DNIT, do IBAMA, e também a Coordenadora-Geral de Licenciamento Ambiental da FUNAI, Maria Janete.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Agradecemos ao Prefeito Everaldo dos Santos a participação.

Quero apenas dizer à Coordenadora-Geral de Licenciamento Ambiental da FUNAI, Maria Janete Albuquerque de Carvalho, que esta Presidência não considera V.Sa. desqualificada aqui. V.Sa. está representando a Presidência da FUNAI, que fez contato com a Comissão. V.Sa. fala, sim, em nome da FUNAI nesta oportunidade. Gostaria que V.Sa. não levasse aquilo em consideração, até porque



conheço o Deputado, não sei o porquê da reação dele, mas eu me entenderei com ele.

A SRA. MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO - Sr. Presidente, só queria também esclarecer, acho que foi um pequeno mal-entendido. Não foi uma risada de deboche. Houve uma pequena mudança no *Diário Oficial*, no contexto, em relação até ao organograma da FUNAI. Foi basicamente isso.

Em momento nenhum, busquei desrespeitar os nobres Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Já fiz o registro da consideração de V.Sa., representando a FUNAI nesta oportunidade.

Com a palavra agora o Vereador Brant, de Palhoça, a quem peço seja mais objetivo.

O SR. BRANT - Com certeza.

Quero saudar com satisfação V.Exa., nosso Deputado de Santa Catarina, Presidente desta Comissão, e agradecer a oportunidade que nós temos aqui de poder nos pronunciar na mais alta Casa do nosso País. E quero também dizer que existem algumas contradições em relação a algumas situações colocadas. No trecho sul-norte, em frente à aldeia, a pista já está duplicada. Então, não é este o problema. Existe inclusive uma passarela para que os índios possam fazer a transposição da BR na frente da escola. Não é o caso de dizer que existem problemas, porque ela fecha justamente depois da aldeia, vindo do sul para o norte. Do norte para o sul, onde existe o desabamento e o problema do terreno, a pista é fora da aldeia, é lá embaixo, já na entrada da Enseada do Brito. Portanto, a gente começa a perceber que existem desinformações.

Com a questão da desintrusão, 121 famílias serão retiradas e certamente muitas delas serão os mendigos de amanhã, porque não terão com o que sobreviver, uma vez que muitos foram considerados invasores de má-fé, e isso nós não aprovamos, porque já moram lá há muitos e muitos anos. A Procuradora Federal Analúcia Hartmann está vinculando a liberação da quarta pista com a desintrusão. E isso nós não aceitamos. Eu acho que uma coisa não tem nada a ver com a outra. Dá sim para fazer a quarta pista porque ela está praticamente pronta. De um lado, do sul para o norte, são somente 400 metros precisando que se faça uma pista. Do norte para o sul, em torno de 3 quilômetros, fora do local onde os



índios residem hoje. São 22 mortes ali, naquele local, em 5 anos. O Morro dos Cavalos não é propício para eles viverem.

Inclusive o Deputado Valdir Colatto falou muito bem que os antropólogos da universidade federal disseram, no seu relatório, que o Morro dos Cavalos é uma planície. E nós solicitamos na audiência pública, na Assembleia Legislativa, no dia 11, que a Polícia Federal entre neste caso. Nós precisamos saber o que está acontecendo com o relatório dos antropólogos da universidade federal e quais são as suas verdadeiras intenções.

Em 1979, só havia uma família de índios, a família Moreira, que hoje não vive mais lá, porque a FUNAI fez uma desintrusão — eles não concordavam com o que estava sendo feito pela FUNAI —, e hoje estão debaixo de uma lona, na Praia de Fora, sendo assistidos pelos moradores daquela região.

O Deputado Manoel Mota, que está aqui, foi o proponente da nossa audiência pública na Assembleia. Nós não estamos mais brincando, nós não aceitamos mais aquela situação lamentável que hoje se encontra no Morro dos Cavalos. Por isso, em cada acidente com morte registrado lá, nós abriremos um B.O. contra o Superintendente da FUNAI em Santa Catarina.

Tenho dito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Eu gostaria de informar ao Deputado Francisco Escórcio que a nossa convidada, Maria Janete, esclareceu o fato quanto à sua indicação e que esse cargo aqui já não existe mais. Há uma nova portaria. Por isso, ela está aqui representando a FUNAI e é assim considerada por nós. Não estamos aqui diminuindo V.Exa. de forma alguma, só porque houve esse ínterim, esta mudança. Estamos apenas dizendo que nesse ínterim houve uma alteração, e ela exerce sua nova função na FUNAI.

Com a palavra o Deputado Francisco Escórcio.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO ESCÓRCIO - Eu fui buscar e o que existe realmente, oficialmente, é isso. Se isso foi modificado, ela precisa mostrar essa modificação, porque o que existe de concreto é isso que está aqui. E isso que está aqui é lá embaixo. Ela não pode falar pela FUNAI. É isso o que eu tenho. A documentação que eu tenho aqui é essa que eu quero mostrar aos colegas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Com a palavra o Deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Eu acho que, se a Dra. Janete foi enviada pela FUNAI para representá-la... Senão nosso debate aqui, nosso diálogo, não vai valer nada. Nós estamos aqui para tentar, na verdade, e o que venho dizer, Dra. Janete, a V.Sa. e ao IBAMA... Até não me referi ao DNIT porque eu estou trabalhando como Presidente da Frente Parlamentar, e nós, Deputado Edinho, *(ininteligível)*, estamos acompanhando a parte do DNIT. Está tudo certo. Então, não temos nada a questionar ao DNIT. Está com licitação em andamento, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Até que se prove o contrário.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - É. Está na licitação, está publicado. O que nós queremos pedir, Dra. Janete, é o bom senso. Nós teremos aí 15 dias do mês de dezembro e mais um mês, o mês de janeiro. Então, vamos radicalizar isso, senão daqui a pouco vamos criar um conflito com os índios, o que nunca tivemos, o que nunca ouvi falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - É verdade.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Vocês vão arrancar essa insistência de radicalismo de desintrusão da forma que a lei mandar. Não vamos ser radicais e dizer que não vamos aceitar uma quarta pista que é de 3,5 metros. Se você disser: *“Segurança, mais para lá ou mais para cá, coloca mais para a direita ou para a esquerda”*, não haverá problema nenhum. O importante é que tenha duas pistas que vão e duas pistas que vêm. E inclusive acho que como é uma comunidade indígena e como a BR também fez para os brancos ali embaixo, colocando a cerca, nem índio nem branco tem que morrer na BR-101. Tem que cercar e pronto. Coloca a passarela por cima, e eles passam. E é aquilo que eu digo.

Essa questão que disse aqui o Vereador Brant. Vamos buscar o entendimento. Nós estamos no meio de uma cidade. Aquilo ali é a Grande Florianópolis. Isso não é lá no meio do Sertão da Amazônia, não sei de onde. Não vamos tratar o Sertão da Amazônia... Às vezes as coisas são radicais. O cara quer tratar uma coisa diferente de maneira igual em todo o Brasil. Você tem que tratar os diferentes de forma diferente e os iguais de forma igual. Ali é uma realidade totalmente diferente. Ninguém aqui, de Palhoça, quer tirar os índios dali. Se vocês



quiserem recompensar ali mais terras não habitadas ou se entenderem com alguém lá que queira comprar mais alguma terra, para nós não há problema nenhum. Nós só não queremos que atrase o nosso desenvolvimento, como vou deixar claro e vou repetir: ninguém tem nada contra índio, nunca tivemos conflitos com os índios e não queremos ter. Aliás, eles são os que menos falam. É essa interferência de autoridades que se dizem representantes deles que criam problemas para eles. A FUNAI pensa nos índios e no que os índios querem. E já tem gente falando: *“Tem que tirar esses índios dali, tem que tirar esses índios dali”*. Deixem eles ali! Está bom.

Por isso eu quero apelar para que usem o bom senso, senão haverá radicalismo de tudo quanto é tipo aqui. E para quê isso? Para quê vocês vão puxar todo mundo contra vocês? Se houver um bom entendimento, vamos mostrar que todo mundo está com boas intenções, que todos querem o entendimento, que não há radicalismo e que nós vamos buscar as soluções.

A questão ali não é a fundiária. Claro que quem está envolvido em uma audiência dessas vai buscar tudo, vai buscar aliados para essa questão fundiária. Ali não é a questão fundiária. Ali é uma questão de deixar quem está ali. Não é pouco. Não é muito. É coisa simples, é beira de rio, é coisa lá de quem tem um sitiozinho. É muito pouca gente para fazermos uma confusão que não é precisa.

E a questão da quarta pista é uma necessidade. São 100 mil carros por dia. Você não mora lá. Eu e o Deputado Edinho Bez passamos por lá toda semana e as pessoas cobram de nós. Desculpem. Eu sou Deputado, representante do povo, e vou ficar do lado da maioria da população. Então, nós vamos criar uma celeuma, uma briga onde não precisamos.

Por isso, quero aqui apelar para o bom senso, tanto do IBAMA, que pelo que eu senti tem esse bom senso, quanto da FUNAI, que resolva essa questão de desintrusão e de resolução de outra forma jurídica, mas não arrume encrenca com a maioria da sociedade que, felizmente ou infelizmente, está do nosso lado. E são 99 contra um. Acho que não tem 1%. Para quê vamos arrumar um desgaste desse para o Governo? Todos nós somos do Governo. Eu sou um defensor da Presidenta Dilma. Agora, não vamos arrumar um desgaste de graça para ela nessa história toda, quando nós temos soluções para resolver.



Era essa a minha última fala.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Muito bem, Deputado Ronaldo Benedet. O objetivo aqui é exatamente o mesmo do que falou o Deputado Ronaldo e outros Deputados: o entendimento. Acirrar os ânimos não vai levar a nada. Nós não chegaremos a nenhuma conclusão. Depois, no encerramento, nós temos algumas propostas, baseadas no entendimento, para resolvermos esses problemas que são muito sérios, pois geram mortes, acidentes, etc.

Concedo a palavra à Sra. Rosane Kaingang, da Articulação dos Povos Indígenas do Sul do Brasil.

A SRA. ROSANE KAIKANG - Muito obrigada pela oportunidade de falar.

Quero dizer a V.Exas. que eu represento os quatro povos da Região Sul. E a cacique guarani, do Morro dos Cavalos, me ligou hoje.

Fico estarecida de ver que só se discutem obras, obras e obras. Mas não se discute o ser humano dentro daquele espaço. Gostaria que os senhores fossem mais humanos em relação a nós, povos indígenas, por quê? Porque nós estávamos lá desde o início. Em nenhum momento, nós fizemos a seguinte pergunta: Quem levou a colonização europeia para a nossa região? Em momento algum, nós fizemos esse tipo de pergunta. Nós, povos da Região Sul, procuramos dialogar com o nosso entorno, mas temos observado que o Estado de Santa Catarina tem nos tratado como invisíveis. Isso não pode acontecer. Eu não diria por parte do Deputado Ronaldo Benedet, porque nós estamos aqui para nos entender, não é verdade?

Como a cacique disse, a nossa reivindicação faz parte do problema. Se não se “desentrua”, nós temos problemas. Por exemplo, Srs. Deputados, Vereadores, Prefeitos: Vocês convivem com estranhos dentro de suas casas? Não. Nós invadimos a fazenda, as casas de vocês? Não. E nós somos parte da sociedade que os senhores defendem, inclusive na Constituição estadual de Santa Catarina.

O Estado e os Parlamentares têm que nos atender também. E quero dizer para os senhores que nós não somos empecilhos, quero dizer para os senhores que nós vamos à busca dos nossos direitos, e somos nós que vamos ao Ministério Público Federal. Não é a FUNAI. Quero dizer também que, ao fazerem audiências



públicas, os senhores têm que chamar o povo interessado daquela região para ouvir a opinião dele. Senão nós, povos indígenas, iremos entender que esta Casa já foi do povo e agora não é mais nossa.

Deputados, os guaranis do Morro dos Cavalos solicitam que V.Exas. conversem com a Presidenta Dilma. Vamos resolver tanto o problema dos pequenos, quanto o dos índios, para que eles possam viver em paz. O Ministro da Justiça esteve em Santa Catarina conversando com o Governador.

Agora, V.Exas. querem nos alijar do processo do qual os nossos antepassados faziam parte — eles estavam lá. Mas, por algum motivo, foram esbulhados —, isso não é defender a sociedade brasileira da qual nós fazemos parte. Nós não estamos entendendo dessa forma. V.Exa., Deputado Mota, quando diz: “*Vamos tomar medidas radicais*”, ou, “*vamos fazer...*”, como ele disse, nós índios ficamos preocupados. Vai haver conflito? Será que vão nos matar? Será que vão matar os guaranis, do Morro dos Cavalos, um povo religioso, que não levanta borduna para ninguém, que não levanta revólver para ninguém? Será que essas medidas radicais e autoritárias fazem parte desta Casa? Se elas fazem parte desta Casa, isso significa para o povo brasileiro, para a sociedade, incluindo nós povos indígenas, que há um autoritarismo.

Nobre Deputado Edinho, eu tenho assistido a audiências em várias Comissões, e não nos chamam para dar nossa opinião. Isso significa que esta Casa não é do povo. A Constituinte foi aprovada dentro desta Casa. Ela não foi aprovada por nós. A Constituinte está sendo retalhada sem a participação do povo brasileiro! Isso não é democrático.

Outra questão que eu quero levantar aqui: quando se trata de um problema específico, a gente está vendo dentro desta Casa que vêm outros Parlamentares tratar de outras regiões, mas nós não estamos tratando de outras regiões nem da PEC 215. Nós estamos tratando do Morro dos Cavalos. Portanto, não sei que Regimento é esse de vocês que permite que outros Parlamentares se envolvam em processos de outra região que não tem nada a ver com a dele. Nós não vamos mais aceitar isso, nobre Deputado, em nenhuma Comissão. Nós estamos sendo alijados deste Congresso Nacional!



Nós queremos aqui, e a pedido dos guaranis, que os senhores façam gestões junto à Presidenta Dilma para resolver, sim, o caso fundiário. Nós estamos buscando o entendimento com os pequenos, porque, lá na Região Sul, nós também defendemos os pequenos. E se este Congresso Nacional está aqui, de fato, para defender a sociedade brasileira, cuja maioria é formada pela população pobre, não há sentido levantar aqui e dizer: *“A sociedade brasileira vai ver.”*

Nobre Deputado, eu também quero ver a declaração de bens ao TSE, como disse o Deputado Valdir Colatto: *“A sociedade brasileira vai ver.”* Eu também quero ver os grandes latifundiários dizerem que têm aqui 145 fazendas. Nós estamos lutando por um grupo pequeno. Eu espero que Vereadores, Prefeitos, Deputados Estaduais e Federais, de Santa Catarina não nos alijem do processo, porque não perguntamos nada aos italianos, aos alemães, aos poloneses, quando vieram para a nossa região. Nós os recebemos de braços abertos. Agora vocês querem nos expulsar da nossa terra? O que é isso?! É uma falta de respeito.

Nobre Deputado, essas audiências têm sido uma falta de respeito, devido à postura de certos Parlamentares. Eu não gostaria de estar aqui sendo ofendida. Quando se convida representantes de instituições, eles geralmente têm sido ofendidos. Essa discussão é de baixo nível.

Eu acho que para brigar por direitos nós não precisamos estapear ninguém, ofender ninguém ou dizer palavras de baixo calão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Eu gostaria de prestar esclarecimento a V.Sa. Eu gostaria da atenção de V.Sa., porque eu fiquei atento quando V.Sa. falou. Quero, primeiro, dizer que os Deputados que falaram — e V.Sa. questionou — são membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, que aprovaram o requerimento deste Parlamentar e, com o apoio de outros, sugeriram aproveitar a vinda da FUNAI, do IBAMA e do DNIT, para tirar algumas dúvidas sobre alguns problemas.

Então, a reunião não é específica sobre o Estado de Santa Catarina, nós apenas o incluímos.

Segundo, quando V.Sa. diz que está sendo excluída, não é verdade, tanto é que V.Sa. falou. Nós recebemos todos aqui. O que há é um equívoco na interpretação de que aqui não é a Casa do Povo. Aqui sempre foi a Casa do Povo e



continuará sendo, mas através da representatividade do povo. Aqui não há espaço físico para 200 milhões de brasileiros. É através da representatividade que o povo estará aqui falando. Nunca nos negamos a receber quem quer que seja, concordando ou discordando. Isso é o exercício da democracia. E V.Sa. falou muito bem: *“Vamos resolver dialogando, conversando”*. É isso o que queremos. Este é o nosso desejo.

Quanto à manifestação, digamos, por parte de alguns Parlamentares mais exaltados, isso é em função do clima. Nós também somos cobrados pela representatividade de outros segmentos da sociedade, que perguntam: *“O que os Deputados fazem lá?”* Temos lá apenas 1 quilômetro e meio, 1 quilômetro e 300 metros. Há pouquíssimas obras ali. E, na visão dos representantes desses segmentos, não vão alterar, em termos de segurança, por parte dos indígenas, uma vez que a construção — de Florianópolis para lá — será do lado direito. Será apenas um complemento, será a pavimentação do acostamento e mais algumas obras.

Então, é o entendimento de outros segmentos. Ouvimos a todos, concordando ou discordando — este é o nosso papel —, e chegamos à conclusão.

E quero dizer que o objetivo principal desta audiência pública é exatamente, junto com a representatividade do Governo Federal, com os responsáveis maiores pela definição da questão do Morro dos Cavalos e da Ferrovia Litorânea... Porque há uma angústia. Precisamos de crescimento, precisamos de segurança.

E outra coisa que nos cobram — pelo menos parte da imprensa cobra dos Parlamentares, de Prefeitos, Vereadores e representações diversas — é que no Morro dos Cavalos dificilmente — não é, Ronaldo? — passa 1 semana sem acidentes, sem que morram pessoas. Eu mesmo, viajando com a minha esposa, vi uma explosão 100 metros antes, por causa de um acidente. E realmente isso nos choca e é de arrepiar.

Então, temos que ouvir a todos para chegar a uma conclusão, respeitando a todos. Por isso fizemos esta audiência.

Agora, ao encerrar, queremos um encaminhamento. Vamos tentar. Fizemos algumas observações. Complementando o que o Deputado Ronaldo falou, o que o Deputado Mota falou, há uma angústia e há a cobrança por parte da população e por parte dos segmentos diversos. Aqui representamos a todos.



Então, o encaminhamento que gostaria de sugerir — e todos aqui poderão fazê-lo, apenas para alavancar este encaminhamento final — é que ouçamos, dos representantes da FUNAI, do IBAMA e do DNIT, primeiro, se existe a possibilidade de reunir os três órgãos, o mais rapidamente possível, para tentar atender ao objetivo desta reunião de audiência pública, porque também temos que dar respostas lá. Assim como a FUNAI, o IBAMA e o DNIT precisam dar respostas à Presidência da República e ao Ministério dos Transportes, nós precisamos dar respostas à sociedade, que nos cobra. *“Estamos mal de representantes. Onde está a nossa representatividade?”* E não é verdade. Vejam as grandes conquistas que conseguimos para o Estado. Vamos inaugurar brevemente o Aeroporto Regional de Jaguaruna. Estão faltando apenas os documentos que ficaram de trazer hoje da Secretaria de Infraestrutura. A ANAC já esteve aqui em audiência conosco, conversamos com a Presidente, e o Ministro está aguardando para liberar o aeroporto. Conseguimos a Ponte Anita Garibaldi, que foi um trabalho mais do Fórum Parlamentar Catarinense do que individual, do próprio Governo, que queria, inclusive, fazer um corte linear nas grandes obras, por causa do custo. Não aceitamos, unidos, que mexessem no projeto.

Portanto, temos muitas conquistas. A duplicação que está lá é real. Se fôssemos falar de tudo aqui, seria muita coisa. Então, falta pouca coisa. Aí é o bom senso, como disseram aqui o Deputado Ronaldo, o Deputado Esperidião Amim e o Everaldo. Apelamos para o bom senso de ambas as partes, não estamos cobrando só de uma. Vamos botar a nossa cabeça para funcionar, os nossos sentimentos. Somos seres humanos. Se não, coloca tudo lá no computador, que ele faz tudo, que ele programa. Nós é que temos sensibilidade para ajudar a resolver esse problema.

Então, o que queremos é isto nessa reta final — e deixo aberto para os Deputados e os presentes, se quiserem complementar a sugestão: se seria possível, rapidamente, uma reunião com os três órgãos, para que digam: *“Vamos tentar pelo menos encontrar uma saída para resolver aquele problema”*.

Porque nós da Comissão já conversamos com várias autoridades e não teríamos qualquer problema em ir até a Presidenta Dilma. E, se for um problema financeiro, o próprio Governo já autorizou. A própria Ministra Ideli Salvatti já



autorizou o DNIT a fazer a obra. E me parece que já há 8 milhões autorizados para aquele trecho. Então, que o bom senso prevaleça.

Gostaria de ouvir novamente os três representantes, começando pelo Eugênio Costa, sobre se existe essa possibilidade de fazerem uma reunião entre os três órgãos. Ficaríamos ausentes nesse primeiro momento, mas depois daríamos uma resposta prática.

Tem V.Sa. a palavra.

O SR. EUGÊNIO PIO COSTA - O IBAMA coloca-se à disposição para resolver essa situação. Entendemos que existe a necessidade de resolvê-la. É um conflito. Vamos nos sentar com a FUNAI e o DNIT e procurar um denominador comum que atenda a toda essa demanda da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Concedo a palavra ao Sr. Mário Dirani, Diretor de Infraestrutura Ferroviária do DNIT.

O SR. MÁRIO DIRANI - Rapidamente, se o Deputado me permitir, gostaria de responder a duas questões que ainda ficaram sem resposta, feitas pelo Deputado Espiridião Amim.

A primeira é relativa ao Contorno de Florianópolis e à possível interferência com o projeto da Litorânea. Isso está sendo visto. Já foi contatada a ANTT, que conduz o processo das concessões do PIL, porque esse Contorno de Florianópolis faz parte de uma rodovia cujo projeto está incluído no PIL, para analisarmos possíveis conflitos que existam entre os dois projetos. Então, queria só tranquilizar o Deputado, pois isso está sendo considerado.

Com relação à outra possibilidade colocada, de que o túnel ferroviário e o túnel rodoviário utilizassem o mesmo emboque no Morro dos Cavalos, essa possibilidade foi considerada, mas não é tecnicamente viável, por dois motivos. Rodovia e ferrovia têm exigências técnicas e traçados diferentes. A rodovia admite rampas mais íngremes, e a ferrovia, para poder funcionar e ser eficiente, não admite rampas, em geral, maiores do que 1%. Então, não haveria possibilidade de fazer a concordância dos dois traçados no Morro. Por isso, os túneis têm que ser independentes. E a outra questão é a da segurança. Se fosse uma ferrovia dedicada a passageiros, não haveria problema, mas como é uma ferrovia dedicada a transporte de cargas, imaginem um acidente com um trem carregado com



combustível dentro de um túnel onde trafegassem também veículos rodoviários. Não seria possível.

Com relação ao entendimento, isso já está sendo buscado. Eu tive notícias hoje, por intermédio de um colega do Ministério dos Transportes, que isso está sendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Mas vocês poderiam fazer uma reunião com os três órgãos.

O SR. MÁRIO DIRANI - Sim, exatamente. Já está sendo articulada para esta semana uma reunião para tratar exclusivamente do problema do Morro dos Cavalos. Possivelmente será na quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Agradecemos e concedemos a palavra, já para as considerações finais, à Sra. Maria Janete Albuquerque de Carvalho, Coordenadora-Geral de Licenciamento Ambiental da FUNAI.

A SRA. MARIA JANETE ALBUQUERQUE DE CARVALHO - Em relação à FUNAI, em nome dela eu gostaria de agradecer mais uma vez o espaço e informar que estamos abertos, sim, ao diálogo, sempre, e também que estamos, sim, com enorme interesse e disponibilidade para fazer essa conversa. Se está sendo agendada para esta semana, estaremos lá conversando.

E até gostaria de convidar os Parlamentares que queiram conversar conosco, para podermos explicar melhor a questão toda. A FUNAI, por meio da Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental e da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável, estará lá para prestar esses esclarecimentos e apresentar dados, mapas etc.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Estamos com uma sessão em andamento e, por isso, os Deputados tiveram que se ausentar. Permaneceram o Deputado Ronaldo e eu apenas porque estamos mais diretamente ligados com a situação. Então, vou consultar o Deputado Ronaldo, porque os demais já justificaram a ausência e, com certeza, acatarão as nossas sugestões, até porque é praxe da nossa Comissão os ausentes não terem razão para reclamar. E já sabem que terão que acatar a decisão que tomarmos.



Entendo que é desnecessário — mas ainda vou ouvir o Deputado Ronaldo —, neste momento, participarmos dessa reunião. O importante é vocês fazerem a reunião e depois nos passarem o resultado.

Com a palavra V.Exa., Deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Aqui acho que é uma questão de cordialidade. Desculpe-me, Dra. Janete, mas essa questão nos tem sido muito cobrada, é uma questão que causa muito sofrimento para as pessoas.

Eu disse aqui e repito que queremos o entendimento e o bom senso. Não se pode radicalizar. Acho que a FUNAI radicaliza quando diz: *“Se não der desintrusão, não tem acordo para nada”*. Aí acabou, aí não há mais nenhum entendimento. Não vamos resolver mais nada.

E, se tivermos a quarta pista feita — a licença da obra é até abril —, com a comunidade local não vai ter problema. Nunca houve problema com os índios. Havia um Prefeito aqui, de Biguaçu, onde há duas comunidades indígenas. Eles vivem bem, os índios vão à Assembleia com frequência, os índios sempre foram bem recebidos.

Todos querem tratar o índio com respeito. Eles sempre foram tratados com respeito por nós. E não se quer conflito. Na verdade, a gente não pode criar conflito onde ele não existe. E é só isso o que a gente pede, esse bom senso.

Vamos anotar o seu telefone e o do representante do IBAMA e vamos ligar. Se tivermos que ir lá, nós iremos, apesar de estarmos em recesso, se tivermos que vir até aqui, viremos. Porque a gente não quer que deixe de ser feita a quarta pista. Daí se apaga aquele incêndio, aquela encrência, aquela briga. Porque hoje a revolta é contra os índios e contra a FUNAI. E os coitados dos índios não têm nada a ver com isso. Eu até queria que os índios ganhassem algo, pelo menos. Por exemplo, ali vai haver um pedágio. Um centavo do pedágio rende uma fortuna para os índios. Que eles ganhem alguma coisa! Mas não se pode atrapalhar. E eu sei que eles não querem isso. Deem uma parte para os índios, algo como uma compensação. A vida deles é diferente da nossa, até porque têm que manter os costumes deles. Eu respeito isso. Como você disse, eu sou de origem italiana e tenho meus costumes. Vamos respeitar os costumes dos índios.



Agora, no conflito, a gente tem que buscar entendimento. Não pode haver radicalização. Então, essa radicalização está buscando essas questões todas, essas PECs e tudo o mais, o que vai acabar atrapalhando a vida das pessoas. É o que eu peço, concluindo a nossa reunião. Senti que há vontade de buscar o entendimento, para que até o dia 30 de janeiro, quando for emitida a ordem de serviço, não haja conflito, não haja dificuldade, e que todos digam que os índios não impediram nada. E, quando terminarem o túnel, eles vão ficar lá tranquilos, vão poder usar, passar por cima daquela pista, podem até tirar as telas que vão ser instaladas lá, agora, para a segurança deles.

Aliás, já tinha que haver telas. É uma irresponsabilidade do próprio DNIT e da própria FUNAI. Tinha que haver tela ali, porque ali há crianças jogando futebol. Eles até botaram uma tela de pano para que a bola não caísse fora.

Sou especialista em segurança e faço uma crítica construtiva sobre isso. Já tinha que haver uma proteção ali. O índio não vai ficar em cima, ele já está em cima da pedreira. Dois metros ou três metros e meio para lá ou para cá... Aliás, ali na frente desses índios sempre houve um prostíbulo. Isso, sim, não era para haver ali. Então, é gozado que essas coisas não tenham sido levantadas. As índias foram prostituídas por muitos anos por caminhoneiros. Enfim, por causa disso, sim, deveria ter havido o isolamento, para a proteção da nação indígena ali. E agora não é isso o que está se falando. Hoje se argumenta e se cria um conflito que, pessoalmente, eu acho que é capricho de algumas autoridades. Acho que poderíamos retirar isso. A senhora, que está de fora — e quem olha de fora vê melhor —, deve saber o que queremos alcançar: a proteção aos índios, uma vida melhor para eles e achar uma forma de sustentabilidade para eles. Isso é bacana.

Lá nos Estados Unidos, no território dos índios há cassinos, e eles ganham bastante dinheiro. Que bom! O país ganha, eles ganham. Não há conflitos, só interesses. Uns vão jogar na terra dos índios e ganham dinheiro, e os índios vivem bem. Eu acho que no Brasil a gente faz conflitos com índios que não precisava haver. E deixá-los viver por mais milênios, até para — como você disse — preservar a nossa história.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Consulto o Deputado Manoel Mota sobre se deseja fazer suas considerações finais.

O SR. MANOEL MOTA - Eminente Deputado Edinho Bez, acho que o sufoco é muito grande e acaba trazendo problemas porque recebemos, como Parlamentares... O cacete é usado só contra nós. Parece que os Deputados são responsáveis por tudo e esbarram.

E, agora, depois deste encaminhamento, pode haver um consenso. Esse é o caminho, esse é o caminho para o Brasil. Onde houver problema, vamos discutir, dialogar. Só ganha a população com isso. Esperamos esse resultado. Ficaremos aguardando em Santa Catarina, como se fosse um presente de Natal. Que vocês possam, ainda nestes dias, decidir e ir a Santa Catarina dar-lhe esse presente de Natal. Esses três importantes órgãos podem encontrar uma solução. É uma obra momentânea, ela não é significativa, ela vai ficar fora, ela vai amenizar o sofrimento do usuário e da população. Como se disse: por lá passam 100 mil veículos por dia.

Então, pediria a vocês que buscassem esse entendimento, esse diálogo, para dar esse presente ao povo catarinense. Haveremos, com a mesma força que fizemos as críticas, de também fazer os elogios no Parlamento catarinense. Sabemos fazer os dois lados, tanto atacar, quando é preciso, quanto elogiar, quando se merece.

É o que estamos pedindo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Muito bem, Deputado Manoel Mota. Parabéns! Acho que está muito bem encaminhado.

Consulto o Prefeito Eclair sobre se gostaria de se manifestar. *(Pausa.)*

Prefeito Everaldo, V.Exa. gostaria de se manifestar, para encerrarmos?

O entendimento prevaleceu.

O SR. EVERALDO DOS SANTOS - Eu queria agradecer a V.Exa., ao Deputado Manoel Mota, aos Deputados Federais presentes e a todos, em especial aos representantes do DNIT, do IBAMA e da FUNAI, desejando a todos um feliz Natal e que o ano de 2014 seja melhor do que o ano de 2013.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Não havendo mais quem queira se manifestar, como estamos vivendo um clima de Natal — e acho que foi



propícia esta audiência pública —, lamentando a morte de um dos maiores líderes mundiais que já tivemos, sobre quem já lemos e acompanhamos, o grande Nelson Mandela, e aproveitando a filosofia e os princípios dele — pois quando saiu da cadeia, na Cidade do Cabo, na primeira reunião que fez, em frente a uma multidão, ele pediu a todos que jogassem as facas, os machados, as foices, os revólveres e as espingardas ao mar, porque a África, a partir daquele momento, seria uma só —, aproveito a oportunidade para dizer que temos certeza de que tudo dará certo.

O importante é isto: o entendimento entre os três órgãos. Eu não tenho dúvida de que vai haver e de que vamos sair todos daqui sensibilizados.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a presente reunião de audiência pública.